



Woodrow Wilson
International
Center
for Scholars



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

JULHO DE 2010

UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS:

Crescimento Econômico
e Meio Ambiente na
América Latina e Caribe
de 2010 a 2020

CHRISTINE PENDZICH

COM UMA CONTRIBUIÇÃO DE
ERIC L. OLSON, DO MEXICO INSTITUTE



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



Uma Análise de Tendências: Crescimento Econômico e Meio Ambiente na América Latina e Caribe de 2010 a 2020

Financiada e elaborada para o Escritório da USAID para a América Latina e o Caribe, mediante acordo com o Escritório de Saúde Global da USAID, por:

The Woodrow Wilson International Center for Scholars
Programa Latino-Americano, Instituto do Brasil e Mexico Institute
The Environmental Change & Security Program

Christine Pendzich
Com uma contribuição de Eric L. Olson, do Mexico Institute

A autora e o Woodrow Wilson Center agradecem aos especialistas, mais de 70, que participaram de nossos debates em mesa redonda e ao numeroso e dedicado pessoal da missão da USAID, que participou entusiasticamente de nossa oficina regional no Panamá. Manifestamos igualmente nossa gratidão a Anne Dix, Doug Pulse, Kerry Byrnes e Christy Johnson (Escritório da USAID para a América Latina e o Caribe) e a Heather D'Agnes (Escritório de Saúde Global da USAID) por sua inestimável participação nas mesas-redondas e na oficina do Panamá, bem como por sua contribuição a este relatório.

SUMÁRIO

1. ANTECEDENTES E FINALIDADE	4
2. RESUMO E PANORÂMICA	6
3. CONTEXTO CENTRAL — DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MUDANÇA CLIMÁTICA.....	9
3.1 <i>Tendências Demográficas de 2010 a 2020</i>	
3.2 <i>Tendências Econômicas Fundamentais</i>	
3.3 <i>Questões Econômicas Internas</i>	
3.4 <i>Impactos da Mudança Climática</i>	
3.5 <i>Resumo do Contexto</i>	
4. ÁREAS FOCAIS PARA O TRABALHO DA USAID	24
4.1 <i>Questões Iniciais Decisivas</i>	
4.2 <i>Adaptação à Mudança Climática</i>	
4.3 <i>Desafios para as Pequenas Economias</i>	
4.4 <i>Integração de Grupos Indígenas e Minoritários</i>	
4.5 <i>Questões Urbanas — Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais</i>	
4.6 <i>Alcançar um Crescimento mais Equitativo e Sustentável</i>	
5. CARÁTER CRÍTICO GERAL DAS QUESTÕES DA GOVERNANÇA	35
5.1 <i>Conclusões</i>	
APÊNDICE: RELAÇÃO DOS PERITOS CONSULTADOS	36
BIBLIOGRAFIA	41

Seção Um

Antecedentes e Finalidade

Como fundação dedicada a aperfeiçoar a programação da assistência ao desenvolvimento na região da América Latina e Caribe, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) entrou recentemente em parceria com o Woodrow Wilson International Center for Scholars (WWICS) a fim de identificar e analisar desafios e oportunidades fundamentais para a assistência ao desenvolvimento na ALC até 2020. Este relatório resume as tendências fundamentais identificadas e propõe algumas linhas gerais de ação para as missões da USAID na região.

Para lançar tal revisão estratégica, as equipes de Crescimento Econômico e Meio Ambiente do Escritório para a América Latina começaram agrupando a equipe nacional a fim de identificar suas preocupações prioritárias para a região na próxima década. Em seguida, o WWICS definiu e facilitou uma série de debates temáticos em mesa-redonda sobre essas grandes questões. Esses debates contaram com eminentes especialistas em crescimento e ambiente, representantes do setor privado e outros profissionais da ALC. Pediu-se aos participantes que definissem grandes tendências emergentes em suas respectivas áreas, descrevessem os impactos cumulativos prováveis dessas tendências e sugerissem formas de a USAID lidar com essas tendências em sua programação para aperfeiçoar a assistência econômica e ambiental de modo a respaldar um crescimento econômico e uma gestão ambiental mais inclusivos e sustentáveis.

Com base nos debates em mesa-redonda, o WWICS redigiu uma síntese preliminar, que foi apresentada e discutida com o pessoal da Missão da USAID numa conferência regional latino-americana realizada no Panamá, de 3 a 5 de maio de 2010. Nessa conferência os participantes, divididos em subgrupos, tentaram precisar mais as

questões-chaves por sub-região (Caribe, América Central, América do Sul). Este relatório baseia-se nos debates dessa conferência.

As seções I e II resumem as principais tendências demográficas, econômicas e ambientais que moldarão o futuro da ALC na próxima década. Na Seção III, expõe-se brevemente o impacto dessas tendências sobre o crescimento econômico e a sustentabilidade da região. A Seção IV identifica, em termos preliminares, formas como a USAID poderia engajar-se para enfrentar os desafios e reforçar as oportunidades com que a ALC vai se deparar na próxima década.

Nem todas as questões mais prementes da ALC cabem aqui de modo pleno e adequado. Um dos principais critérios de inclusão foi sua relevância para a agenda programática das equipes de Crescimento Econômico e Meio Ambiente da USAID que patrocinaram o presente estudo. Outras questões, embora significativas, não foram tratadas. Assim, os temas da governança, corrupção e segurança civil — hoje críticos na região — só foram desenvolvidos na medida em que afetam as perspectivas de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Como se observa nas seções III e IV, a governança figura como questão central, mesmo neste limitado âmbito, mas não consta como tema-chave que as equipes de Crescimento Econômico e Meio Ambiente enquanto tais abordem em termos de uma vantagem comparativa. Não obstante, pode e deve ser abordada em conexão com o programa Democracia e Governança da USAID, e mesmo com o de Educação.

O relatório também não apresenta recomendações específicas para a programação da USAID na região, nem tampouco um plano de ação para executá-la. Com ele se pretende, isto sim, dar uma contribuição que a próxima liderança do Escritório para a América Latina

possa usar ao traçar novas diretrizes e planos concretos a fim de orientar o financiamento da USAID na região nos próximos anos. As missões da USAID na ALC estão convidadas a usar o relatório como referência para moldar seu planejamento nacional e regional específico.

Nossa esperança é que este estudo sirva de roteiro para uma assistência da USAID à América Latina que tenha um impacto cada vez maior, no sentido de alcançar um crescimento econômico, uma gestão ambiental e um desenvolvimento sustentável mais inclusivos.

Seção Dois

Resumo e Panorâmica

Na próxima década, os países da América Latina e do Caribe estarão diante de oportunidades históricas e talvez de inéditos desafios. Sua capacidade para empolgar a inigualável perspectiva de aprofundar o investimento social propiciado por sua demografia e de escapar aos danos com que nos ameaça a mudança climática será a chave das perspectivas futuras. Se as missões da USAID na região tiverem uma consciência mais plena do alcance tanto da oportunidade quanto do desafio, poderá direcionar o seu apoio aos parceiros da região de um modo melhor e estratégico.

Este relatório oferece, com alto nível, um levantamento das tendências demográficas, econômicas e ambientais que estão prontas para moldar as mudanças desenvolvimentais da região na próxima década.

- A primeira parte do levantamento de tendências concentra-se em fatores demográficos. Muitos países da ALC estão passando por uma transição etária estrutural (AST) durante a qual sua população ativa é superior ao número total de dependentes menores ou idosos. Essa transição proporciona uma histórica oportunidade para aumentar a poupança familiar e o investimento per capita em saúde, educação e, portanto, no bem-estar geral. A fim de concretizar o potencial dessa oportunidade, porém, é preciso implantar e manter políticas que respaldem a estabilidade macroeconômica, a educação e a saúde. Em muitos países as necessárias políticas ainda não foram implantadas, o que reduz as probabilidades reais de que os “dividendos demográficos” da AST sejam alcançados plenamente.
- Duas outras tendências demográficas, embora tenham implicações gerais secundárias em

comparação com a AST, são dignas de nota e têm relevância para a programação da USAID. Primeiro, um grande subgrupo da população — as comunidades indígenas e afrodescendentes — não está participando da transição. Sua situação continua a requerer atenção especial em qualquer programação que busque realizar o desenvolvimento econômico equitativo. E a urbanização da ALC — uma das mais intensas do mundo — está sendo acompanhada por um elenco de questões urbanas que exigem atenção urgente.

- A segunda parte do levantamento de tendências proporciona um resumo de cruciais fatores econômicos externos e internos que provavelmente moldarão as opções da região na década vindoura. A melhoria das políticas econômicas respaldou na região uma recuperação relativamente rápida da queda provocada pela crise financeira global. E a sustentação de uma elevada demanda de matérias-primas pela Ásia será uma tendência dominante para vários países (sobretudo na América do Sul), embora não para todos. Para a América Central e o Caribe, os Estados Unidos e a Europa continuarão a ser os mercados vitais. Infelizmente, uma corrupção generalizada e arraigada ameaça a capacidade da maioria dos países para corresponder adequadamente às novas oportunidades.

A última parte do levantamento de tendências concentra-se no crescente impacto da mudança climática que a região enfrenta. Se o atual nível das emissões não for contido, a América Latina e o Caribe se verão a braços com um elenco de impactos de certa forma imprevisíveis, mas em todo caso muito dispendiosos, da elevação do nível do mar ao derretimento das geleiras, passando pelo branqueamento de corais, a mudança

TENDÊNCIAS FUNDAMENTAIS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A análise dos dados sugere cinco tendências fundamentais na região:

- **A transição etária estrutural (AST) representa uma oportunidade histórica talvez única para as economias e sociedades da região** se beneficiarem com as tendências demográficas. Para concretizar todo o potencial da AST, porém, os países vão ter de comprometer-se com políticas sociais e econômicas que representem maior apoio que as atualmente em vigor.
- **A mudança climática** está exercendo um sensível impacto sobre as economias e povos da região, e isto vai continuar ocorrendo. Tanto a mitigação da mudança climática quanto as medidas para desenvolver resiliência devem ser urgentemente aceleradas.
- A região da ALC (em particular a América do Sul) está experimentando uma **integração mais estreita com a economia e os mercados da China**. A intensificação das relações econômicas baseia-se principalmente na troca de produtos primários e commodities da ALC por produtos manufaturados da China. Esse tipo de relacionamento representa cada vez mais um desafio para a governança na região, pois o crescimento econômico baseado na pura exploração comercial de recursos naturais e commodities conflita com o compromisso de manejo dos recursos sustentáveis e com o bem-estar das populações rurais primordialmente indígenas e afrodescendentes.
- O permanente foco na **promoção da inclusão e das oportunidades econômicas sustentáveis para as comunidades indígenas e afrodescendentes** é crítico, tanto para o conjunto da economia regional quanto para esses grupos historicamente marginalizados. As necessidades dos grupos socialmente e economicamente excluídos devem permanecer no centro dos esforços da USAID.
- **A inovação tecnológica e gerencial sustentável e adequada é básica para recuperar a defasada competitividade regional**. Não se trata necessariamente de inovações de ponta, ou que façam uso intensivo de capital, mas é preciso promover o investimento e outras inovações que não só contribuam para o crescimento econômico sustentável, sobretudo nas comunidades rurais, mas também as ajudem a participar do mercado global de modo que não fiquem totalmente à mercê das atividades extrativas. Diversificar a produção além dos produtos primários continua a ser uma forma prioritária de diversificação.

nos padrões pluviiais e vários outros eventos meteorológicos. O custo dos ajustes necessários vai pesar de modo significativo nas perspectivas de crescimento da maioria dos países.

A segunda parte do relatório concentra-se em quatro questões-chaves, que estão a merecer mais atenção por parte da USAID. São elas a adaptação à mudança climática, os desafios diante das pequenas economias da América Central e do Caribe, as questões dos indígenas e das minorias, e as questões urbanas. A atual necessidade de políticas de crescimento mais vigorosas, inclusive um foco no respaldo à inovação, também é brevemente avaliado como questão correlata. Todas as outras políticas dependem de seu êxito ou fracasso. Para cada área em foco identificam-se sugestões preliminares de ação por parte da USAID.

Como reagir às tendências emergentes identificadas? Na conferência do Panamá, os debates sobre essas tendências e suas implicações para o trabalho da USAID na região levaram à constatação de que a agência já tem uma sólida base de análise de políticas e uma programação implantada. Não há por que deixar de lado seu trabalho atual e começar de novo. De fato, abandonar as fundações já assentadas na gestão de recursos naturais sustentáveis e no fortalecimento do ambiente de apoio ao comércio e ao investimento minaria o novo trabalho necessário.

Por outro lado, a USAID não pode nem deve limitar-se a manter sua rotina. É preciso

redirecionar algumas linhas de trabalho em andamento. Por exemplo, dada a crescente consciência do impacto da mudança climática como “ameaça letal” à biodiversidade, o trabalho ambiental deveria focalizar agora o fortalecimento do esforço de mitigação e o desenvolvimento de resiliência aos impactos sentidos. Em matéria de crescimento econômico, de modo semelhante, faz-se mister uma atenção maior a um respaldo mais amplo e eficaz à inovação na gestão e na tecnologia, como forma crítica para que a região supere sua precária competitividade na economia global.

Graças a sua longa presença e sólida reputação na América Latina e Caribe, a USAID pode partir de seus programas atuais para ajudar a dirigir recursos estrategicamente para áreas onde estão os grandes desafios regionais, tirando partido das oportunidades que tem diante de si. Este relatório indica linhas de atividades programáticas que, na opinião dos peritos, fariam uma real diferença para a região no contexto que enfrenta. A USAID deveria levar a análise e as ideias expostas neste relatório ao nível seguinte, identificando exatamente para onde se dirigirá seu foco na região durante a próxima década. Definindo cinco a sete ambiciosas e estratégicas metas para a região e alinhando todos os recursos para alcançá-las, a USAID pode fazer, e fará, uma sensível diferença para o desenvolvimento da região nos anos vindouros.

Seção Três

Contexto Central — Demografia, Economia e Mudança Climática

3.1 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DE 2010 A 2020

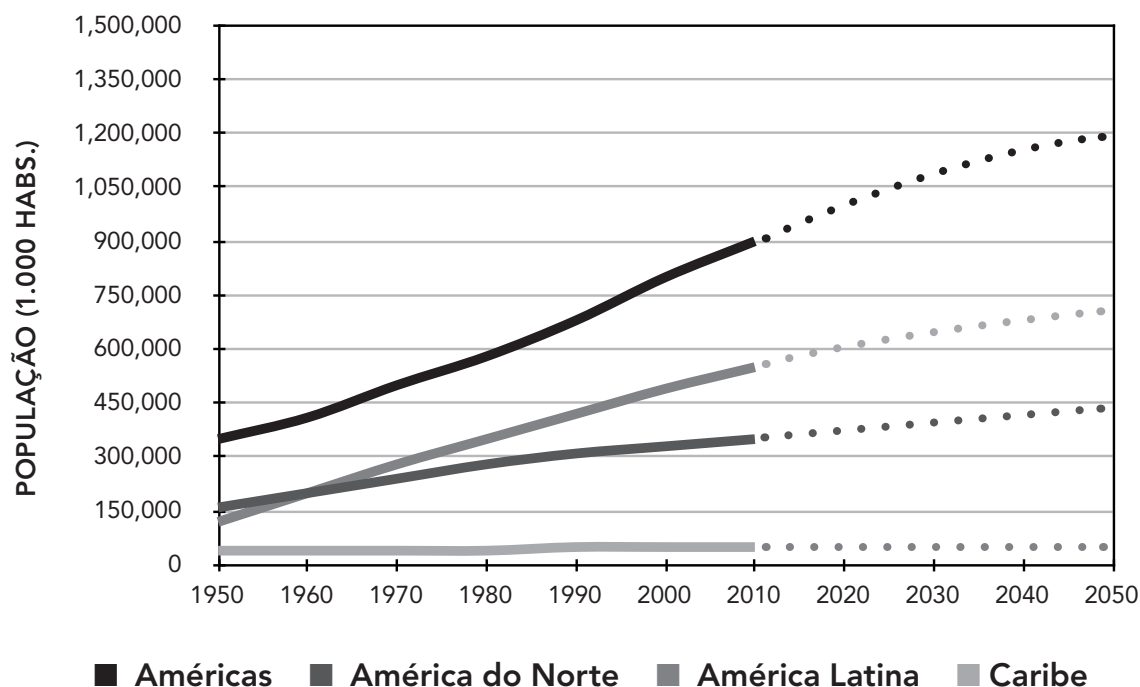
A região da América Latina e Caribe continua a experimentar três grandes mudanças demográficas: crescimento geral da população, urbanização e envelhecimento. As projeções indicam que todas vão persistir na próxima década, e todas continuarão moldando as realidades da região de formas decisivas. O permanente crescimento populacional pede claramente a criação também permanente de empregos, desenvolvimento da infraestrutura e novos meios eficientes e sustentáveis de extrair recursos a fim de satisfazer as necessidades da população em crescimento. A urbanização é há muito objeto

de análise e investimento na região, devido a seu forte impacto na distribuição demográfica, nas economias e nas questões sociais. Como fenômeno demográfico, está perdendo a intensidade. Perduram, todavia, e estão crescendo, grandes e graves questões de governança urbana, condições de vida e viabilidade. Contudo, talvez a tendência mais recente e menos estudada esteja ligada ao envelhecimento geral da população.

A. Transição Etária Estrutural

A região da América Latina e Caribe (ALC) está passando por uma profunda transição demográfica, cujo traço mais marcante é uma população ativa que, em muitos países, supera ou vai

FIGURA 1: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NOS AMERICAS, 1950–2050



Fonte: ONU, *World Population Prospects, the 2008 Revision*, base de dados econômicos e sociais da USAID.

superar, dentro de poucos anos, tanto os dependentes idosos quanto os menores. Embora não ocorra em todos os países, esse deslocamento na estrutura demográfica proporciona, em termos gerais, uma histórica oportunidade de aumentar a poupança e o investimento para o crescimento econômico, num momento em que se demandam recursos relativamente menores para a educação.¹ Essa transição gera um potencial para alavancar e ampliar o valor dos investimentos da USAID no crescimento econômico da região ao longo dos próximos 5 a 10 anos.

A Transição Etária Estrutural (AST) da América Latina decorre da queda nas taxas de fertilidade gerais em numerosos países. Essas

taxas já caíram em todas as regiões do mundo, porém as maiores reduções ocorreram na América Latina e no Caribe. Para a região em seu conjunto, a taxa total de fertilidade caiu de quase seis filhos por mulher na década de 1960 para 2,2 em 2005.² A expectativa é que a fertilidade alcançará o nível de estabilização até 2015. Assim, projeta-se para as taxas de crescimento da população latino-americana um declínio de 1,5% em 2010 para cerca de 0,75% até 2020.

Essa transição, rotulada no fim da década de 1990 como “bônus,” “dividendo” ou “janela de oportunidade” demográfica, produz uma série de importantes oportunidades econômicas e sociais para os países onde ocorre. A principal é

FIGURA 2: ALC EM 2010

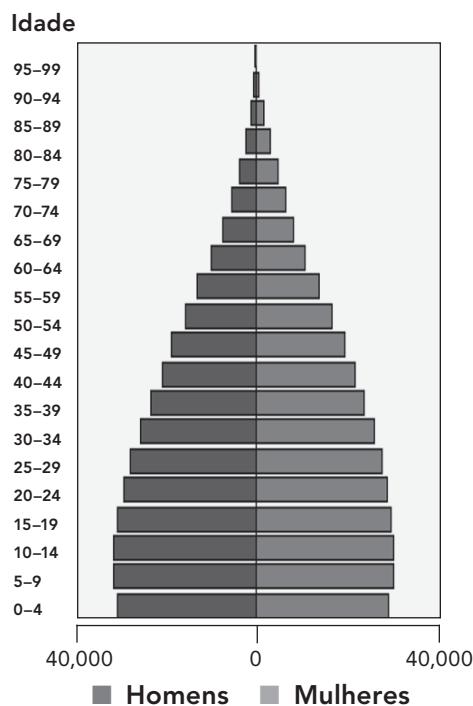
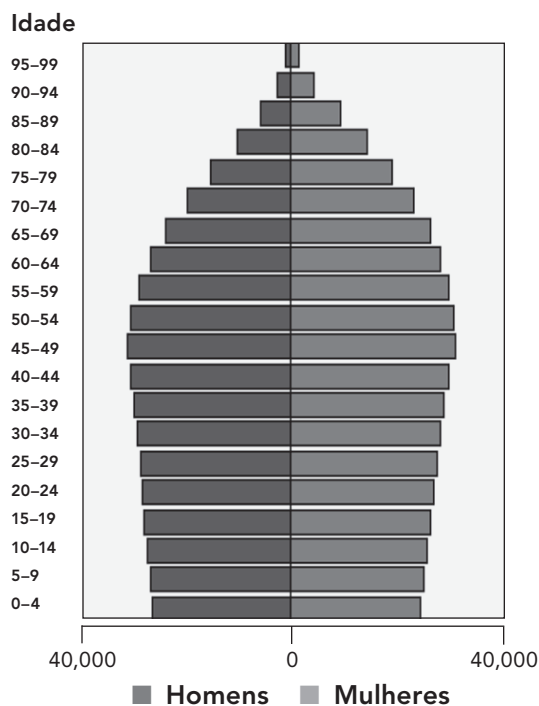


FIGURA 3: ALC EM 2050



Fonte: ONU, *World Population Prospects, the 2008 Revision*, base de dados econômicos e sociais da USAID.

¹ Hakkert, Ralph, “The Demographic Bonus and Population in Active Ages,” IPEA/UNFPA Project RLA5P201: Regional Support to Population and Development in the Implementation of the MGD’s in the LAC Region. Research Paper 7, Brasília, DF. Outubro de 2007.

² A Taxa de Fertilidade Total (TFT) é uma estimativa do número de filhos que uma mulher terá ao longo da vida. Como o cálculo se faz com taxas de fertilidade atuais em idades específicas, não reflete eventuais mudanças futuras em taxas de fertilidade em idades específicas ou totais.

TENDÊNCIA FUNDAMENTAL Nº 1

A Transição Etária Estrutural (AST) representa uma oportunidade histórica talvez única para que as economias e sociedades da região se beneficiem com as tendências demográficas. Para concretizar todo o potencial da AST, porém, os países têm de comprometer-se com políticas sociais e econômicas que proporcionem maior apoio que as atualmente em vigor.

a oportunidade que ganham os governos para investir mais por pessoa em serviços de saúde materno-infantil, na educação e outros serviços básicos. Uma população mais saudável e instruída pode formar uma força de trabalho mais qualificada, que atraia mais investimentos para a região.

Todavia, o êxito da região no sentido de tirar partido da AST dependerá muito da capacidade dos seus governos para instituir e executar críticas políticas de apoio no campo da educação, criação de empregos e estabilidade fiscal. O âmbito econômico externo, juntamente com a estabilidade política e social, também deve proporcionar apoio para permitir que os países tirem pleno partido de uma transição social e econômica sem paralelo. Não há garantia de receber o bônus demográfico, mas certos indícios sugerem que, de qualquer modo, a América Latina ainda não conseguiu perceber todos os potenciais benefícios da transição. Uma análise sugere que o bônus demográfico da região deve ter contribuído com 1,7% para um aumento geral do crescimento do PIB por número de consumidores efetivos. O crescimento real do PIB por consumidor foi, de fato, 0,94%.³

O foco da USAID no apoio a políticas de apoio à educação e à estabilidade fiscal que

reforcem as perspectivas de alcançar um quadro favorável ao crescimento durante a AST pode render dividendos especiais ou exercer um efeito incremental de alavancagem nos próximos cinco a dez anos. Contudo, o valor potencial de qualquer ação ampliada depende muito da capacidade dos países da região para implementar as políticas necessárias a fim de melhorar a educação e criar empregos com alto valor agregado. Por sua vez, isto exige um quadro institucional mais vigoroso do que o que muitos países já implantaram.

B. Tendências Demográficas entre Grupos Indígenas

Dada a preocupação da USAID com o crescimento e desenvolvimento sustentável na região, profundamente arraigada há longo tempo, este estudo examinou também as perspectivas de uma inclusão social e econômica maior dos indígenas e grupos minoritários da região. De fato, os povos indígenas da ALC estão experimentando rápidas mudanças em seu modo de vida e no uso da terra.⁴ O trabalho assalariado, a agricultura de mercado e a migração para as cidades estão substituindo modos de vida tradicional, com agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta de produtos florestais. Estas mudanças

³ Mason, Andrew. 2005. Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures, Cidade do México. In Hakkert, *op cit.*

⁴ Jason Bremner *et al.* "Fertility beyond the frontier: Indigenous women, fertility and reproductive practices in the Ecuadorian Amazon." Publicado on-line, 29 de abril de 2009.

têm importantes implicações para a situação econômica e social futura dos grupos indígenas e são essenciais para entender como seria possível ajudar tais grupos mediante políticas públicas e ajuda externa. Essas mudanças têm igualmente implicações potencialmente decisivas para o uso da terra e outros recursos naturais em países com grandes populações indígenas em áreas de alta biodiversidade.

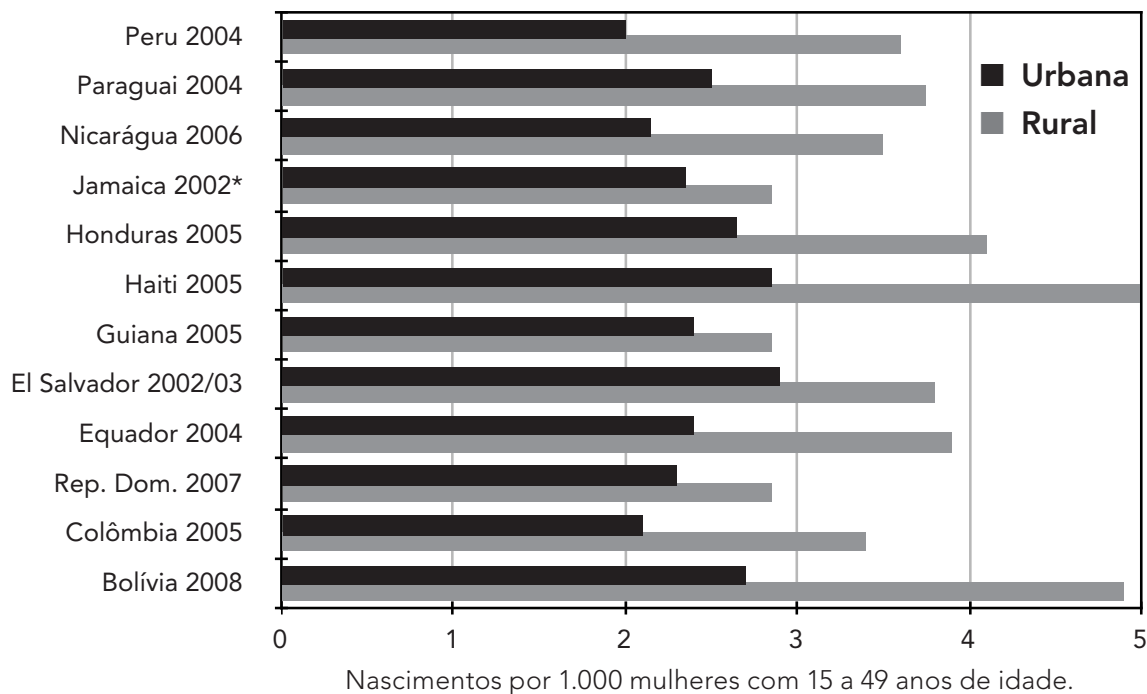
As mudanças demográficas subjacentes às transições por que estão passando os grupos indígenas são importantes, mas seu entendimento é relativamente limitado, devido em grande parte a uma escassez de dados sobre crescimento populacional e fertilidade em zonas afastadas da Amazônia. No entanto, estão se revelando com crescente certeza algumas dinâmicas fundamentais.

Para começar, como se mostra na Figura 4, as taxas de fertilidade das zonas rurais da

América Latina continuam superando as taxas das zonas urbanas. Naturalmente, muitas populações indígenas da região vivem nas zonas rurais, embora não sejam todas e cada vez menos representem o total. E, como notaram Bremmer *et al*:

“Após décadas de declínio populacional, parece estar se invertendo essa tendência das populações indígenas das várzeas latino-americanas. As populações indígenas do Brasil, por exemplo, aumentaram de 294.000 em 1991 para 387.000 em 2001 por crescimento natural (Perz *et al.* 2008). McSweeney e Arps (2005) documentaram altos níveis de fertilidade, composições etárias jovens e rápido crescimento populacional em mais de 25 grupos indígenas da várzea tropical da América Latina.”

FIGURA 4: DIFERENÇAS NA TAXA DE FERTILIDADE TOTAL ENTRE ZONAS URBANAS E RURAIS



TENDÊNCIA FUNDAMENTAL Nº 2

O constante foco na **promoção da inclusão e das oportunidades econômicas sustentáveis para comunidades indígenas e afrodescendente** é fundamental, tanto para o conjunto da economia regional quanto para esses grupos historicamente marginalizados. As necessidades de grupos socialmente e economicamente excluídos devem permanecer no centro dos esforços da USAID.

Parte do aumento da população indígena, embora não todo, deriva da crescente auto-identificação como indígena em censos e outros levantamentos. Este fenômeno talvez tenha sido documentado com mais clareza no Brasil, onde mais 347.000 pessoas se identificaram como “indígenas” na década de 1990. Provavelmente, o fato se deve em grande parte à crescente consciência, organização e ação política de grupos indígenas em muitas partes da região a partir da década de 1980.

Essas mudanças no tamanho e localização dos grupos indígenas têm múltiplas implicações para as políticas públicas e a ajuda dos doadores que buscam apoiar um bem-estar e acesso mais amplos para esses grupos marginalizados. Entre outras coisas, é preciso entender melhor as razões para o crescimento das necessidades das populações indígenas. Embora constitua em termos gerais um fato positivo, considerando o seu declínio numérico historicamente, também pode indicar a persistência da situação socioeconômica inferior dos grupos indígenas, inclusive a falta de instrução das mulheres indígenas. Continuam a revestir-se de importância crítica a melhoria dos serviços de saúde, a educação e o bem-estar. Paralelamente, agora pode ser preciso prestar estes serviços em concentrações urbanas de grupos indígenas com distintos requisitos,

pontos de prestação e novos elos com os grupos indígenas que permanecem nas zonas rurais.

C. A Situação de Outros Grupos Minoritários⁵

A situação das minorias é um problema tão urgente quanto a dos povos indígenas. A população afrodescendente da ALC conta atualmente com cerca de 150 milhões de pessoas. São 33% a 39% da população total e, de fato, muito mais do que os que se identificam como indígenas (8%, ou 40 a 50 milhões de pessoas). O grupo afrodescendente representa nada menos que metade dos pobres da região. Juntos, os afrodescendentes e os indígenas perfazem 48% da população total e 60% dos pobres. No geral, as condições socioeconômicas das minorias são lamentáveis na ALC. A brecha salarial média registrada em 2006 no Brasil para vários grupos socioeconômicos proporciona uma comparação chocante: os homens brancos ganhavam em média R\$ 1.164 por ano, ou US\$ 647.⁶ Estes valores eram

56,3% superiores aos das mulheres brancas (R\$ 745, ou US\$ 414),

98,5% superiores aos dos homens pretos ou mulatos (R\$ 586, ou US\$ 326) e

200% superiores ao das mulheres negras ou mulatas (R\$ 388, ou US\$ 216).

⁵ Judith Morrison, Banco Interamericano de Desenvolvimento, apresentação em PowerPoint, “Benefits of Diversity: Costs of Exclusion in Latin America.” Março de 2010.

⁶ Marcelo Paixão e Luis Carvano, “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007–2008.” LAESER, Rio de Janeiro, 2008, pg. 103.

A deficiente inclusão desses grupos na educação e em empregos produtivos não prejudica apenas a eles próprios. Em um estudo recente, estimou-se que as economias da Bolívia, Brasil, Guatemala e Peru poderiam expandir seu PIB em até 36,7% se uma parte maior das populações afrodescendentes e indígenas fosse incorporada à força de trabalho. Por razões sociais, políticas e econômicas, a marginalização desses grupos puxa para baixo todos os que vivem na região.

Com efeito, o destino das populações indígenas e afrodescendentes está interligado. Em muitas regiões, as duas se fundiram ou partilham intimamente recursos espaciais e culturais. Os garifunas do litoral atlântico da América Central e as comunidades de palenques ou quilombos da América do Sul são exemplos de populações afrodescendentes e indígenas que se combinaram. Programas e políticas concebidos para melhorar a situação de um grupo podem muitas vezes produzir benefícios para o outro.

3.2 TENDÊNCIAS ECONÔMICAS FUNDAMENTAIS

A atual avaliação das perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico da América Latina é cautelosamente otimista. Uma análise recente oferece um resumo cor-de-rosa.

“A agenda econômica latino-americana vai mudar nos próximos anos, com variações de um país para outro. A política fiscal será monitorada de modo mais independente e pode adotar uma postura mais anticíclica. A regulamentação financeira será mais rigorosa e menos sintonizada com um modelo internacional único. A inovação estará no centro das estratégias comerciais. A equidade começará a substituir a igualdade como acionador de

programas sociais. Um número maior de agências estatais será gerido por resultados, iniciando o longo processo para conquistar a confiança dos cidadãos. Liderada pelo Brasil, a região desempenhará um importante papel global. E, se a economia mundial se sustentar, a maioria dos latino-americanos estará numa via de desenvolvimento mais veloz.”⁷

Um exame mais minucioso de questões econômicas, tanto externas quanto internas, proporciona uma percepção suplementar da dinâmica provável da região, dos desafios que enfrenta e das oportunidades com que pode construir um futuro melhor.

A. Recuperação da recessão global

A despeito do significativo declínio econômico causado pela crise financeira global de 2008 e 2009, a região, em 2010, começa a mostrar sinais de recuperação econômica. Há divergências sobre a profundidade e a velocidade que terá a recuperação, e sobre sua sustentabilidade. Contudo, há um consenso geral de que a economia da região voltará a crescer no futuro próximo se a economia global também continuar se expandindo. Esta sensação foi resumida pelo economista chefe do Banco Mundial na América Latina: “O pior parece ter passado, mas perduram debilidades.”⁸

Essas “debilidades” são tanto externas, como a incerta sustentabilidade da recuperação global, quanto internas, como níveis de competitividade geralmente baixos, baixos padrões de educação, problemas ambientais e governança precária. Juntas, representam desafios de longo prazo para a saúde econômica da região.

Externamente, ainda há muitas incertezas sobre a recuperação econômica nos Estados Unidos e, mais recentemente, na Europa, onde a

⁷ A Brave New World for Latin America, Marcelo M. Giugale. Banco Mundial, *Economic Premise* no. 10, abril de 2010.

⁸ “Update on the Crisis: The worst is over. LAC poised to recover.” Augusto de la Torre, Escritório do Economista Chefe. Região da América Latina e Caribe. Banco Mundial. Setembro de 2009.

ansiedade em torno da perturbação financeira que se alastrava já começou a desequilibrar outras partes da economia mundial. Há incertezas também no mercado energético global, inclusive dúvidas em torno da capacidade do setor para recuperar-se globalmente e da demanda de combustíveis fósseis.

Um aspecto interessante é que, a despeito da gravidade da recessão sofrida em 2008 e 2009 na ALC, vários países atravessaram razoavelmente a tempestade econômica e se colocaram em condições de registrar notáveis ganhos em 2010 se a recuperação global não for subvertida pelas incertezas na Europa e nos Estados Unidos. Executando políticas macroeconômicas corretas, inclusive contenção fiscal e monetária, as economias da ALC, de um modo geral, tendem a recuperar-se com maior rapidez e robustez que no passado. Por exemplo, ao contrário do que ocorreu em crises econômicas anteriores, a maioria dos países da ALC não tentou sair da recessão aumentando os gastos nem nacionalizar sistemas bancários. Em vez de inflar os desequilíbrios fiscais e aumentar a dívida externa, a região controlou os gastos a uma taxa muito melhor que a dos países desenvolvidos, como os da União Europeia e os Estados Unidos.⁹

Como resultado a região, num clima de prudente otimismo, emerge da crise global bem posicionada para retomar o crescimento se a economia global continuar se expandindo. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) prevê uma taxa média de 3,8% para o crescimento do PIB na região entre 2010 e 2020. Outros economistas calculam um crescimento de 4% a 5% em 2010.¹⁰

B. Comércio Global

Após declinar durante cerca de duas décadas, a participação da América Latina nas exportações mundiais estabilizou-se em aproximadamente 5,5% nos anos 2000. Grande parte da melhoria é atribuída a altos preços de produtos agrícolas e minerais e das exportações de hidrocarbonetos. Inversamente, a acentuada contração econômica global de 2008 e 2009 teve por consequência um achatamento nos preços globais que, por sua vez, levou a uma queda significativa no valor das exportações da região em 2009.¹¹

Não obstante, os primeiros sinais indicam que o declínio do comércio global, inclusive o do componente latino-americano, talvez esteja se abrandando, à medida que economias emergentes registram notáveis taxas de crescimento e a produção industrial se expande, reerguendo a demanda de produtos primários da ALC. A Ásia lidera este avanço, com várias economias se expandindo firmemente a 8% ou 9% ao ano. Também o Brasil está se tornando um fator maior do crescimento econômico, sobretudo na América Latina. Juntas, a produção industrial asiática e brasileira expandiram-se a uma taxa impressionante — 18% — no primeiro semestre de 2009, superando a média mundial e a produção de economias avançadas.¹²

Não surpreende, portanto, que os países sul-americanos com fortes laços comerciais com a Ásia — em particular com a China — e o Brasil estejam se recuperando mais depressa que os ligados mais estreitamente aos Estados Unidos, onde a demanda declinante de *commodities* agrícolas, produtos montados e serviços turísticos, além de remessas em queda, limitarão o potencial de crescimento a curto prazo na América Central, no Caribe e no México.¹³

⁹ Ibid.

¹⁰ World Economic Forum on Latin America. Conference report: “New Partnerships for a Sustainable Recovery.” Pg. 17. Cartagena, Colômbia. Abril de 2010.

¹¹ “Recent Trends in External Trade Patterns in Latin America and the Caribbean.” Commission paper by Clarence Zuvekas Jr., Consultant, Chemonics. 22 de março de 2010.

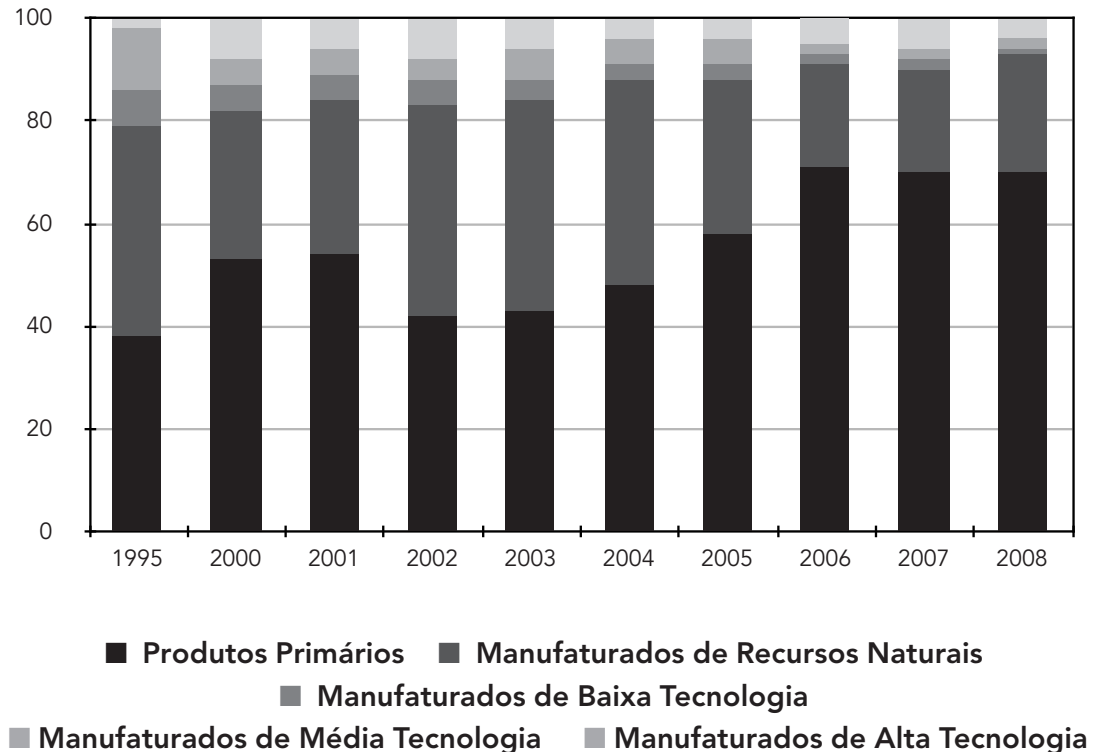
¹² Op.cit. de la Torre, Banco Mundial.

¹³ Op.cit. de la Torre, Banco Mundial.

TENDÊNCIA FUNDAMENTAL Nº 3

A ALC (em particular a América do Sul) está num processo de **integração mais estreita com a economia e os mercados chineses**. Esta relação econômica cada vez mais intensa baseia-se principalmente na troca de produtos primários e *commodities* da ALC por produtos manufaturados da China. Essa relação configura cada vez mais um desafio para a governança na região, pois o crescimento econômico baseado puramente na exploração comercial de recursos naturais e *commodities* contraria os compromissos de gestão sustentável de recursos e o bem-estar das populações rurais, preponderantemente indígenas e afrodescendentes.

FIGURA 5: EXPORTAÇÕES DA ALC PARA A CHINA



As perspectivas econômicas da América Latina podem ser complicadas se a taxa de expansão na Ásia se revelar insustentável, ou se as disputas comerciais Ásia-ALC em torno da concorrência desleal e das políticas em vigor não forem resolvidas amistosamente. Por exemplo, a Argentina já impôs tarifas *antidumping* a vários produtos chineses, e a percepção de um yuan subvalorizado já é fator de irritação para muitas economias da ALC, pois tornam suas exportações comparativamente menos competitivas.¹⁴

C Recuperação global significa demanda maior por commodities da ALC

Supondo que se firme a recuperação da economia global, é provável que aumente a demanda de recursos naturais, *commodities* agrícolas, serviços e produtos manufaturados da ALC. Por exemplo, a persistência do crescimento chinês traduzir-se-á em maior demanda para os recursos naturais e os combustíveis fósseis da região. O gráfico abaixo mostra que esse fenômeno já ia bem adiantado antes da última recessão. As exportações de produtos primários da ALC para a China cresceram firmemente de 2002 a 2008, quando alcançaram 60% do comércio total. Tudo faz crer que essa tendência se manterá, pois a China e outras economias asiáticas, como a Índia e os chamados tigres asiáticos, assim como o Brasil, continuarão se expandindo a um bom ritmo.

Mas nem tudo são flores. Se a região tem benefícios de curto prazo em perspectiva, corre também riscos de longo prazo, decorrentes de uma recuperação estribada principalmente na exportação de produtos primários e combustíveis fósseis.

Por exemplo, as economias baseadas na exploração de recursos naturais, em produtos primários e indústrias extrativas ressentem-se muitas vezes de uma limitada competitividade global em outros setores mais lucrativos, como manufatura e tecnologia. Além disso, as populações

rurais, sobretudo indígenas e afrodescendentes, nem sempre se beneficiam diretamente com as indústrias extrativas, muito embora suas terras sejam procuradas por seus ricos recursos naturais. Mais ainda, recentes experiências no Peru, Guatemala, Honduras e México indicam que uma dependência pesada em relação a indústrias extrativas pode levar a conflitos sociais mais graves entre populações marginalizadas, essas indústrias e o governo.

Um fator suplementar na relação econômica à base de recursos naturais com a China é que os investimentos chineses são negociados sobretudo entre países soberanos e, portanto, não estão sujeitos a avaliações de impacto ambiental e social nem a outras considerações que podem ser obrigatórias para emprestadores e investidores multilaterais. Os investimentos chineses no desenvolvimento de campos de recursos naturais são sujeitos a relativamente poucas condições restritivas, e seu potencial impacto ambiental ou social sobre as populações indígenas ou afrodescendentes na região nem sempre é considerado prioritário.

D. A recuperação global pode levar a custos de energia mais altos

Segundo a World Energy Outlook 2009, a demanda primária mundial de energia aumentará de modo significativo entre 2010 e 2030, e a maior parte virá de países fora da OCDE, sobretudo a China e a Índia. Os países de fora da OCDE responderão por 93% do aumento na demanda global (de energia) entre 2007 e 2030.¹⁵ Ademais, 77% da demanda mundial maior de energia será de combustíveis fósseis, e quase todo esse aumento ocorrerá em países de fora da OCDE.

Há indícios também de que o declínio econômico dos dois últimos anos fez declinar igualmente os investimentos na capacidade de exploração, infraestrutura e produção de combustíveis fósseis. Embora o aumento na demanda de energia a longo prazo provavelmente leve a

¹⁴ Proceedings from World Economic Forum on Latin America, abril de 2010.

¹⁵ World Energy Outlook 2009. Presentation to the Press. Novembro de 2009. International Energy Agency.

novos investimentos no setor, talvez os preços se ressintam de um aumento ainda mais acentuado a curto prazo, se a demanda ultrapassar a capacidade existente e a defasagem do investimento no tempo tornar difícil atender à nova demanda.

Seja como for, porém, é provável que nos próximos anos o preço da energia suba, impondo novo ônus aos países importadores de energia do Caribe e América Central.

O aumento na demanda de combustíveis fósseis, recursos naturais e *commodities* agrícolas beneficiará alguns países da ALC exportadores de energia e produtos agrícolas, mas esse modelo tem um lado negativo: uma pressão maior sobre o meio ambiente, maiores riscos de aquecimento global e de demanda de terra. Por exemplo, o crescimento da classe média na Ásia levou a sutis mudanças de dieta que por sua vez reforçaram a demanda de *commodities* altamente proteínicas, sobretudo carne. Na América Latina, o aumento da demanda asiática de carne refletiu-se numa demanda maior de terras de pastoreio e de plantação de soja para alimentar o gado. Todas essas demandas tiveram por consequência novas pressões para expandir o desmatamento, causando potencialmente declínio local ou regional nas precipitações pluviométricas e até desertificação. De modo semelhante, a constante exploração de recursos naturais e a dependência global em relação a combustíveis fósseis contribuem para o agravamento do aquecimento global e, em última análise, para a elevação dos níveis do mar e para uma vulnerabilidade maior a desastres naturais. Estes fatores são particularmente inquietantes nos países da bacia do Caribe cuja fonte principal de divisas — o turismo — poderá correr risco se os destinos populares forem ameaçados por níveis marinhos mais altos e por erosão costeira.

Além de sofrer impactos ambientais potencialmente negativos de uma recuperação impulsionada por *commodities*, tal estratégia incorre potencialmente em pesados custos humanos. As populações minoritárias e tradicionais culturalmente ligadas a formas tradicionais de uso e

propriedade da terra poderiam ver-se deslocadas ou marginalizadas em consequência da crescente demanda de suas terras para a agricultura, turismo ou prospecção do subsolo. A demanda maior de terra arável, produtos florestais, mineração e turismo já ameaçou também o modo de vida tradicional e a identidade cultural de populações indígenas e afrodescendentes da região.

3.3 QUESTÕES ECONÔMICAS INTERNAS

Nos próximos anos, vários fatores extraeconômicos também afetarão significativamente o crescimento econômico e a produtividade na região. A boa governança, ou sua falta, é sem dúvida um destes fatores. A governança é a capacidade de um Estado para gerir os seus negócios de forma efetiva e eficiente, prestar serviços de forma equitativa e eficiente, e garantir um quadro imparcial para o acesso à justiça, à educação e às oportunidades econômicas, entre outras coisas. A boa governança é essencial para que uma economia funcione bem e conte com o Estado para garantir contratos e impor regulamentos de forma isenta. Por outro lado, a má governança em geral trai um Estado ineficiente, indigno de confiança, que pode ser profundamente permeável à corrupção e a que falta legitimidade aos olhos do público. Assim, a má governança pode ser desalentadora para investidores em potencial, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Uma significativa manifestação da falta de governança efetiva é o quadro de crime e violência, que se agrava em toda a região. Em particular, as organizações de tráfico de drogas e os grupos criminosos organizados tiram partido da governança débil para cooptar funcionários do Estado e proteger atividades ilegais. À medida que o crime organizado permeia o Estado, em geral enfraquece a sua capacidade para combater o crime, reduzir e prevenir a violência, e regulamentar mercados financeiros e comerciais lícitos inundados por bens e serviços ilícitos. Ao criar os chamados “mercados negros,” o crime

organizado solapa o comércio legítimo e debilita o crescimento econômico.

Além disso, o aumento do crime e da violência ocorrido em toda a região nas duas últimas décadas contribuiu para agravar o sentimento de insegurança do público e pôs em xeque a capacidade do Estado para cumprir sua responsabilidade fundamental — proporcionar segurança a todos os cidadãos. A alta incidência de crimes e a reação ineficaz do Estado corroem a confiança nos órgãos de segurança pública e nas instituições judiciais, o que, por sua vez, desencadeia uma espiral de mais crime e insegurança.

Juntos, a governança débil e o baixo nível da confiança pública no Estado são um peso para o investimento e o crescimento econômico da região, sobretudo onde a competitividade é minada pela corrupção e o Estado carece de legitimidade na percepção pública.

Tais fatores são particularmente inquietantes em economias menores, onde se registram os mais altos indicadores do crime, violência e corrupção. Segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, por exemplo, a América Central é hoje a região mais violenta do mundo, com uma taxa média de 33 homicídios por 100.000 habitantes.¹⁶ É particularmente violento o triângulo norte da América Central, onde a Guatemala registra uma taxa de homicídios de 45, El Salvador 49 e Honduras 58 por 100.000 habitantes, a mais alta. Também o Caribe está sofrendo altos níveis de violência, com a República Dominicana em 23,5, Trinidad e Tobago com 24 e a Jamaica com 49 homicídios por 100.000 habitantes.

Embora seja difícil estimar com exatidão o impacto econômico da violência, os elevados níveis de insegurança decididamente afetam o capital humano, em termos de oportunidades perdidas quando os jovens são mortos, deixam de receber educação ou treinamento, são

enredados por quadrilhas de rua ou pelo tráfico, ou simplesmente emigram para escapar à violência. Por sua vez, este êxodo desestimula ainda mais o investimento.

Há também sérios desafios sociais e educacionais subjacentes que contribuem para elevadas taxas de crime e ameaçam os ganhos de produtividade. Como se observou em um estudo recente, “a América Latina continua a ser a região mais desigual da Terra. A desigualdade domina praticamente todos os resultados do desenvolvimento — receita, realizações educacionais, propriedade da terra. A tributação e os gastos públicos não contribuíram muito para resolver o problema.”¹⁷ A educação precária e a falta de investimento em infraestrutura vão tornar ainda mais difícil para a região elevar a produtividade interna. Além do mais, a América Latina está entre os últimos lugares em pesquisas sobre a qualidade das escolas.

Segundo o Economic Outlook 2009 da OCDE para a ALC:

“As previsões do PIB para 2009 e 2010, combinadas com medições amplamente aceitas da relação entre pobreza e crescimento, sugerem que a pobreza pode aumentar perto de sete pontos percentuais até o fim de 2010. Isto equivaleria a quase 39 milhões de pessoas a ponto de cair abaixo da linha de pobreza nacional e reverteria quase inteiramente o progresso alcançado nos cinco anos anteriores à crise. Naturalmente, a redução da pobreza não decorre apenas do crescimento, mas também de políticas sociais eficazes estruturadas em termos amplos. Infelizmente, os países que obtiveram ganhos redistributivos consideráveis — especialmente a Argentina — carecem agora dos recursos necessários para manter as políticas que os respaldaram.”

¹⁶ “Opening spaces for citizen security and human development. Main Findings and Recommendations.” Human Development Report for Central America, HDRCA 2009-2010. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

¹⁷ A Brave New World for Latin America, Marcelo M. Giugale. Banco Mundial, Economic Premise, abril de 2010, nº 10.

Por fim, a ausência de boa governança exerce também um impressionante impacto no custo da atividade empresarial da região. A falta de transparência e responsabilização no judiciário tem por consequência ainda mais corrupção, que pode causar mais incerteza em relação à garantia de cumprimento dos contratos e à solução de litígios em casos comerciais, de investimento e de propriedade intelectual. Ademais, a má governança traduz-se muitas vezes num emaranhado de regulamentos contraditórios cuja implementação é dispendiosa e que é impossível contestar. De forma semelhante, as exigências puramente burocráticas para abrir uma empresa podem funcionar como um poderoso dissuasor do investimento e da inovação. Segundo o levantamento “Doing Business” de 2010 do Banco Mundial, muitas das maiores economias da região estão mal colocadas segundo dez indicadores que medem o ambiente empresarial. O Brasil e a Argentina, por exemplo, estão no terço inferior, e vários países da América Central na metade inferior. Aspecto interessante, as economias do Caribe em geral estão bem colocadas, com restrições relativamente brandas para abrir uma empresa e mais segurança em relação ao cumprimento dos contratos.¹⁸

3.4 IMPACTOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

A CEPAL ofereceu recentemente um resumo de alto nível dos impactos de mudança climática previstos na região.

“As projeções climáticas para a América Latina e o Caribe indicam que as temperaturas médias vão continuar subindo de forma gradual, mas persistente e a distintas taxas na região, e que haverá mudanças nos padrões de volume, intensidade e frequência das precipitações. O clima se tornará cada vez mais variável e portanto aumentará a incidência de fenômenos

térmicos extremas, como ondas de calor. As temperaturas médias [estão] projetadas para aumentar em toda a América do Sul entre 1°C e 4°C, com cenário de emissões menos intensas, e entre 2°C e 6°C com o cenário de emissões mais intensas.”

As projeções de precipitação na ALC são mais incertas. As previsões de chuva para as regiões central e tropical da América do Sul variam de uma redução de 20–40% na chuva até 5–10% de aumento entre 2071 e 2100.

Quase todas as projeções climáticas indicam um aumento constante nos fenômenos meteorológicos extremos. A chuva, provavelmente, vai aumentar no centro do México e nas zonas tropical e sudeste da América do Sul. Os modelos climáticos revelam um aumento médio de 10% e uma tendência ascendente de precipitações no nordeste do Equador, Peru e sudeste da América do Sul, com uma queda da chuva na Amazônia oriental e no nordeste do Brasil, partes do centro-norte do Chile e a maior parte do México e da América Central. As secas tendem a aumentar no México, América Central e toda a América do Sul (exceto Equador, nordeste do Peru e Colômbia). Embora de um modo geral as precipitações devam se intensificar na América Latina e na América Central, os períodos secos se tornarão mais longos e cairão os níveis médios de precipitação. As ondas de calor devem se tornar cada vez mais comuns em toda a região, principalmente no Caribe, sudeste da América do Sul e América Central.”¹⁹

Em termos gerais, a CEPAL estima que a necessidade de lidar com os impactos mais prováveis da mudança climática vai causar uma redução

¹⁸ “Doing Business 2010: Reforming Through Difficult Times. Grupo do Banco Mundial, CFI, 2009.

¹⁹ CEPAL, Economics of Climate Change in Latin America and the Caribbean — Summary, 2009

do PIB e do PIB per capita na região, embora as reduções estimadas variem muito de um país para outro. As estimativas da CEPAL baseiam-se num cálculo da diferença a ser causada pelo impacto da mudança climática entre taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita de base histórica, de um lado, e do outro as que se podem esperar uma vez levadas em conta os custos líquidos dos impactos da mudança climática.

No entanto, esses dados altamente agregados ocultam uma longa série de impactos possivelmente violentos nos níveis sub-regional, nacional e local na maior parte da região. Os três impactos gerais mais significativos são provavelmente a mudança nos padrões pluviométricos (e portanto na disponibilidade da água); a elevação esperada no nível do mar; e um aumento no número e intensidade dos fenômenos meteorológicos extremos. Todos esses três impactos já podem ser observados em parte da região, e todos pedem significativos ajustes, investimentos e mudanças institucionais. O estudo da CEPAL resume da forma que se segue os resultados esperados desses três impactos.

A. Mudanças nos Padrões das Precipitações

Zonas da América do Sul que hoje são relativamente secas vão experimentar uma redução na disponibilidade de água. Já se pode observar uma redução de até 30% na precipitação anual em consequência de um aumento de 2°C nas temperaturas globais, e um aumento de temperatura de 4°C poderia causar uma redução de até 50% na precipitação anual. Esses danos aumentarão substancialmente o número de pessoas da região que têm dificuldade de acesso à água limpa em 2025. Prevê-se que algumas áreas da América Latina sofrerão grave pressão por água, que afetará o abastecimento de água e a geração de força hidroelétrica, particularmente nos países andinos e no Brasil. Ademais, muitas geleiras dos Andes devem desaparecer nos próximos 15 a 20 anos, o que também provocará escassez

de água — inclusive em algumas grandes zonas urbanas — e talvez exercer igualmente forte impacto sobre a geração hidroelétrica.

Em praticamente qualquer cenário climático, prevê-se que a América Central enfrentará novos e graves problemas com a água, particularmente na encosta do Pacífico do istmo. A interferência do sal nos aquíferos costeiros afetará a qualidade da água para irrigação, o uso doméstico e até o industrial (engarrafamento). Assim, vão se avolumar os problemas que a região enfrenta, tanto na qualidade quanto na quantidade da água — tudo numa situação de demanda crescente.

Os países da sub-região caribenha também vão enfrentar uma disponibilidade menor de água, embora algumas projeções mostrem um aumento das chuvas devido a uma variabilidade maior nas precipitações. No geral, porém, o número de dias secos e a frequência das secas tendem ambos a aumentar. A cobertura de nuvens também tenderá a aumentar por causa das mudanças nos padrões climáticos, com implicações para o turismo e talvez também para a agricultura.

B. Impacto da Elevação do Nível do Mar sobre os Litorais

A elevação do nível do mar aumentará o número de pessoas deslocadas e a extensão das terras perdidas por inundações permanentes, além de causar outros problemas. As pequenas ilhas do Caribe sofrerão impactos violentos, bem como grande parte do litoral Pacífico da América Latina. Os manguezais — ecossistemas altamente férteis, formados em muitas áreas pela troca água salgada-água doce —, podem desaparecer em locais tão diversos quanto o norte do Brasil, a costa do Pacífico da Colômbia e as zonas de criação de camarão na costa do Equador e da Guiana. As zonas costeiras do rio da Prata, no Uruguai e Argentina, também estão gravemente ameaçadas, devido à crescente força das ondas de tempestade e aos níveis cada vez mais altos do mar. Nestas zonas também serão afetadas a navegação e as operações portuárias em geral.

TENDÊNCIA FUNDAMENTAL N° 4

A mudança climática já está exercendo um impacto perceptível sobre as economias e povos da região, e continuará a exercer. Devem-se acelerar urgentemente as ações de abrandamento da mudança climática e as destinadas a forjar resiliência.

C. Fenômenos Meteorológicos Extremos

Os países da região serão fortemente afetados por fenômenos meteorológicos extremos, desde secas (como a que está ocorrendo no Caribe) até furacões e inundações. A CEPAL estima que até 2100 o custo dos fenômenos meteorológicos extremos, em preços constantes de 2008, passará de uma média anual de aproximadamente US\$ 8,6 bilhões (2000–2008) para (i) US\$ 11 bilhões a uma taxa de desconto de 4%; (ii) US\$ 64 bilhões a uma taxa de desconto de 2%; e (iii) US\$ 250 bilhões a uma taxa de desconto de 0,5%.

Os custos dos impactos climáticos são potencialmente altos. A título de exemplo, uma estimativa do Banco Mundial sobre esse custo para os países da CARICOM até 2080 chega a US\$ 11,2 bilhões em dólares de 2007.²⁰ Isto equivaleria a 11,26% do PIB regional. Deste montante, a maior perda (US\$ 4,9 bilhões) decorreria de desastres relacionados com a água, como furacões e inundações. Estima-se que as elevações de temperatura, particularmente com seu efeito sobre o turismo, contribuam com mais US\$ 4,0 bilhões. A elevação do nível do mar, as perdas agrícolas e os custos do abastecimento complementar de água explicariam a maior parte do restante.

Basta examinar os impactos projetados das mudanças climáticas previstas em apenas um setor importante para lançar mais luz sobre o alcance, gravidade, variabilidade e sobre os impactos econômicos e sociais dessas tendências. A

análise da CEPAL proporciona uma visão rápida, mas convincente do futuro da agricultura da ALC, com múltiplas variações e caminhos não lineares através da região.

- i) No Cone Sul a Argentina, Chile e Uruguai experimentarão provavelmente elevações de temperatura de 1,5°C a 2°C entre 2030 e 2050. A princípio as temperaturas mais altas podem contribuir para elevar o rendimento agrícola em relação aos níveis atuais. Se as temperaturas se elevarem além desse nível, porém, os efeitos gerais sobre a produção agrícola serão negativos. E até aumentos de temperatura na faixa inferior podem ter por consequência a proliferação de pragas e doenças, além de uma baixa no suprimento de água para irrigação, devido ao derretimento de geleiras, o que acabaria reduzindo a produtividade agrícola.
- ii) No Equador, os efeitos da mudança climática projetada variarão conforme o setor e a cultura agrícola específicos. Para as culturas de subsistência, o rendimento pode aumentar com uma elevação de 1°C na temperatura, mas esse ganho pode ser revertido uma vez que se cruze a barreira dos 2°C. Mesmo um aumento de 1°C, porém, reduziria a produção de banana, cacau e tanchagem em fazendas médias.
- iii) No Caribe, as projeções de mudança climática indicam que uma pluviosidade mais alta

²⁰ De la Torre, Augusto, et al. *Low Carbon, High Growth: Latin American Responses to Climate Change*, Annex 2. Banco Mundial, Washington, D.C. 2009.

provavelmente aumentaria a produção agrícola na Guiana, mas em Trinidad e Tobago o rendimento poderia cair, devido ao aumento das inundações em terras aráveis. Na República Dominicana e nas Antilhas Holandesas a elevação da temperatura beneficiaria o conjunto da agricultura, pelo menos até certo limite. De modo geral, não se espera que o aumento das temperaturas afete muito a produção da cana-de-açúcar, mas culturas como a tanchagem, cacau, café e arroz são mais suscetíveis.

- iv) A degradação do solo devida tanto a ciclos de seca mais severos quanto a inundações, além de práticas agrícolas precárias, vão vir a constituir grave problema por toda a região. Até o ano 2100, é provável que estejam gravemente degradadas 66% das terras aráveis do Paraguai e 62% das do Peru.

Outro conjunto de custos significativos, estes relacionados apenas com certas variedades de agricultura, decorre do potencial para grandes perdas de biodiversidade na esteira de mudanças nos padrões pluviométricos e gradientes de temperatura da região. Tanto a Amazônia quanto a região baixa dos Andes fervilham de biodiversidade e têm níveis excepcionais, globalmente importantes, de espécies endêmicas e de biodiversidade, sobretudo nas encostas dos Andes. Grande parte da atual biodiversidade se perderia ou pelo menos se deslocaria geograficamente com a mudança climática. O conseqüente prejuízo para a estabilidade e funcionalidade do ecossistema provocaria custos de ajustamento na agricultura, na gestão da água e na produtividade da terra, além de custos desconhecidos em perda de material genético e interações vegetais. Os custos intangíveis da perda de paisagens familiares serão também reais, embora de avaliação muito difícil. De modo geral, os custos da perda de biodiversidade são uma rubrica potencialmente alta, cuja avaliação escapa aos métodos de cálculo de custo-benefício normalmente usados na análise econômica.

O aumento da instabilidade e dos conflitos sócio-políticos acrescenta mais um duro desafio e novos custos de múltiplos níveis aos outros incorridos por causa da mudança climática. Vários eventos meteorológicos — que em alguns casos levam a catastróficas perdas e desafiam a capacidade dos governos — constituem fonte de especial preocupação. O *Quadrennial Defense Review* de fevereiro de 2010 do Departamento de Defesa dos EUA afirma que “a mudança climática, a segurança energética e a estabilidade econômica estão indissoluvelmente ligadas” e que a mudança climática e os desastres naturais “agirão como acelerador da instabilidade ou do conflito, impondo às instituições civis e aos militares de todo o mundo o ônus da resposta.”

3.5 RESUMO DO CONTEXTO

Em suma, os países da região da América Latina e Caribe estão diante de uma oportunidade histórica para aumentar seu bem-estar nos próximos cinco a dez anos, dada a atual transição etária estrutural (AST). Ao mesmo tempo, sua capacidade para crescer e tirar partido da AST tem sido limitada e parece provável que continue claudicando, por causa da governança precária e de políticas débeis para a educação e a criação de empregos. E as consideráveis populações indígenas e minorias ainda não estão experimentando a AST, o que vem a ser um fator forte e profundamente revelador de sua permanente exclusão dos benefícios econômicos e do progresso social em toda a região. Ademais, os graves problemas de governança em nível nacional combinam-se com a corrupção, tráfico de drogas e má governança urbana. Fator não menos importante, a região enfrenta um desafio potencialmente sério ao crescimento, governança e sustentabilidade, representado pelos impactos da mudança climática na próxima década e depois. Cada um destes fatores corresponde a áreas onde a USAID pode considerar uma programação benéfica na região ao longo da década vindoura.

Seção Quatro

Áreas Focais para o Trabalho da USAID

No contexto geral da ALC, a USAID precisa definir áreas prioritárias, para efeito de sua programação e envolvimento geral, nas quais. Ao definir as áreas focais, é preciso levar em conta pelo menos os fatores que se seguem.

- Quais são as prioridades dos governos nacionais e das ONGs?
- Quais as prioridades nacionais que já estão sendo financiadas por outros doadores?
- Quais as prioridades do governo dos EUA para apoio, engajamento e liderança na região?
- Em que áreas tem a USAID capacidade e competência? Ou seja, quais as frentes de participação da USAID que poderiam basear-se em seus atuais programas e pontos fortes institucionais?

O presente exercício não analisa sistematicamente todos estes fatores. Contudo, apresentam-se abaixo as informações acerca de todos os que foram analisados neste processo e a resultante reflexão sobre estas variáveis.

De um modo geral, a USAID dispõe de sólidas bases programáticas na maioria das áreas decisivas identificadas abaixo. Engajar-se nessas áreas para tirar partido das oportunidades expostas na Seção III (acima) é mais uma questão de reorientar e intensificar programas que de iniciar algo de inteiramente novo. Gerir a transição entre a atual programação e a nova também é uma consideração importante.

4.1 QUESTÕES INICIAIS DECISIVAS

As informações sobre as prioridades do governo do país e da sociedade civil estão disponíveis em fontes como as comunicações da Embaixada e da

Missão do Governo dos EUA com suas contrapartes, as declarações de interesse da Organização dos Estados Americanos e as declarações públicas dos governos. No início do exercício de análise das tendências, o pessoal da missão da USAID identificou cinco temas como particularmente importantes para o crescimento equitativo e a sustentabilidade ambiental na ALC ao longo dos próximos cinco ou dez anos. Sua escolha baseou-se na importância percebida das questões em foco e incorporou prioridades expressas do governo e da sociedade civil, além de outras variáveis. Os temas eram os que se seguem.

- Questões da mudança climática e da energia
- Desafios especiais para as economias menores da região
- A questão dos indígenas e das minorias
- Questões da governança urbana
- Desigualdade e acesso a recursos: como alcançar um crescimento mais equitativo e sustentável

No curso da análise da literatura especializada e das consultas com os peritos sobre este projeto, os quatro primeiros temas vieram a ser vistos como particularmente importantes como objeto de novos e redobrados esforços de programação por parte da USAID. Já que alcançar um crescimento mais equitativo e sustentável continua a ser uma questão crítica vinculada a outras, também será exposta como área permanente de programação. Por conseguinte, as seções restantes serão dedicadas a descrever as quatro últimas categorias mais especificamente e indicarão maneiras como a USAID poderia apoiar o desenvolvimento social e economicamente equitativo, com sustentabilidade ambiental, ao trabalhar nessas áreas programáticas.

4.2 ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA

Adaptar-se aos impactos da mudança climática pode ser o desafio de maior alcance para todos os países da região nos anos vindouros. À medida que a disponibilidade de chuva e água, recursos litorâneos e marinhos, e até as condições do solo mudarem devido à mudança da meteorologia, todos os países necessitarão de reconsiderar o uso que fazem da energia e dos recursos naturais básicos. Por sua vez, isto implicará para cada país a necessidade de reorganizar suas atividades econômicas básicas, como agricultura, indústria e transporte. As mudanças requeridas serão vastas, variando do desenvolvimento de melhores sistemas de alerta precoce para eventos meteorológicos graves até o planejamento para ganhar resiliência nos sistemas naturais e na infraestrutura humana, passando pelo aumento da cooperação internacional. Aspecto muito importante, será preciso efetuar mudanças também nos sistemas de governança. O potencial para o deslocamento e perda de meios de subsistência e de vidas é grande, e pode levar a pressões sobre os sistemas políticos. Será crucial não só uma participação ampla no desenho e execução de planos de resiliência, mas também uma melhor coordenação entre os distintos níveis e agências do governo.

Nos próximos 30 a 50 anos, os países precisam definir urgentemente a capacidade de adaptação e agir para ampliá-la. Mas que tipo de capacidade é de fato necessária? Os peritos já notaram que a capacidade adaptativa é muito difícil de medir, porque se trata de medir uma dimensão latente — em geral, os países não sabem se dispõem de tal capacidade até que se abate sobre eles uma emergência ou desastre. Essa capacidade é também dinâmica no tempo, nos setores e na escala. Não se pode dizer que os ricos ou os pobres sejam sempre menos vulneráveis, mas pode ser particularmente prejudicial partir da pressuposição de que os pobres são menos vulneráveis porque têm menos a perder. Ademais, embora haja uma necessidade especial de informações técnicas, estas

não podem ser a contribuição única oferecida ao debate público, pois a linguagem abertamente técnica pode constituir uma barreira a uma participação ampla nos debates sobre o que é preciso para tratar da mudança climática. Em resumo, a resposta mais correta é que os países devem investir mais na capacidade genérica de adaptação que em medidas setoriais. Essa abordagem mais ampla requer melhor coordenação entre todas as agências relevantes do governo e a massificação do interesse pela mudança climática.

Como a adaptação é uma questão a tal ponto abrangente, e como resta tanto a fazer, são muitas as áreas ondenas quaisonde será proveitoso o engajamento da USAID. Entre as áreas-chaves identificadas em consultas com peritos sobre a adaptação, figuram as que se seguem.

- **Exploração das perspectivas de parceria entre o setor privado, a USAID e agências do governo para desenvolver melhores informações técnicas sobre impactos da mudança climática, com base na experiência prática de projetos.** Como a mudança climática provavelmente não será um processo linear, existe necessidade de muitos mais dados sobre a forma como está ocorrendo.
- **Ajuda para integrar os vários sistemas de alerta precoce, hidroestimadores e outros sistemas de dados ambientais que a USAID já apoiou no passado a ferramentas mais orientadas para decisão e políticas.**
- **Apoio à capacidade dos agentes do governo para entender as iniciativas de coordenação com base nos dados resultantes, agir em função delas e coordená-las.** Tanto os governos quanto as agências externas de ajuda devem reconhecer que as informações sobre a mudança climática (ou sua falta) vão impulsionar o investimento no setor privado e que essa adaptação será

- financiada em sua maior parte não pela assistência externa, mas pelos setores público e privado em cada país. Estes setores necessitam de informações e coordenação.
- **Foco na melhoria da coordenação das agências governamentais em torno das questões da mudança climática.** Em especial, os ministérios da Economia, Agricultura e Indústria da maioria dos países da região necessitam engajar-se nesta questão ao lado dos ministérios do Meio Ambiente e em coordenação com ele. Ao mesmo tempo, há necessidade de expandir a capacidade do pessoal técnico da região que trabalha em indicadores ambientais e políticas de mudança climática. Muitas vezes os órgãos da mudança climática não passam de escritórios individuais, com reduzida capacidade ou apoio político.
 - **Investimento, com ou sem outros doadores, num conjunto de pequenos projetos-piloto de adaptação.** Para funcionar plenamente, a adaptação tem que ser um processo dinâmico, de base científica, e monitorado. Os projetos-pilotos, lançados tempestivamente e organizados em setores e regiões-chaves, poderiam servir para testar hipóteses sobre adaptação e gerar informações. Tais projetos podem consumir de cinco a dez aos para produzir resultados proveitosos, mas, se lançados no futuro próximo, poderiam ser um produtivo passo inicial na coleta de dados e na formação de consciência que serão necessárias.
 - **Melhoria dos padrões governamentais para os impactos ambientais e sociais de grandes projetos de infraestrutura para que adotem melhor planejamento da resiliência.**
 - **Exploração e fortalecimento dos elos principais entre adaptação, paz e democracia.** A transparência e participação, no desenho e uso das informações acerca da mudança climática serão críticas para fazer com que todos os setores da sociedade sintam que suas preocupações a este respeito estão sendo tratadas. Serão importantes também para assegurar que os custos da adaptação venham a ser divididos equitativamente entre os vários setores sociais, o governo e o setor privado.

4.3 DESAFIOS PARA AS PEQUENAS ECONOMIAS

As economias menores da ALC — em sua maioria países da América Central e do Caribe — continuam a enfrentar desafios especiais e assustadores a sua capacidade de crescer e melhorar o bem-estar dos cidadãos.²¹ O tamanho do país é importante porque as pequenas economias que têm mercados internos minúsculos precisam abrir-se mais à economia mundial para ter boas perspectivas de crescimento econômico vigoroso e sustentável. A abertura começou a aumentar com distintas velocidades como reação à crise da dívida latino-americana no início dos anos 80 e na “década perdida” que se seguiu. Por outro lado, a abertura torna os países pequenos particularmente vulneráveis às vicissitudes da economia mundial, especialmente quando são muito dependentes do comércio com um único país, como ocorre a vários deles tanto na América Central quanto no Caribe.

Os países da América Central e do Caribe têm área geográfica e população muito menores que os da América do Sul. Em 2009 a população somada dos sete países da América Central era de 41,8 milhões. A população desses países variava de 0,3 milhão em Belize a 14,0 milhões na Guatemala; os outros países tinham cada um

²¹ Os dados dos dois parágrafos seguintes são de Clarence Zuvekas, “Prospects for Economic Growth in the Central American and Caribbean Countries: A Brief Concept Paper.” Chemonics, 6 de abril de 2010.

3,5 a 7,5 milhões de habitantes. Toda a região do Caribe tinha 24,3 milhões de habitantes em 2009. O Haiti e a República Dominicana, juntos, respondiam por 81% desse total, em proporções aproximadamente iguais. No outro extremo, a população média dos seis países do Caribe Oriental estava abaixo de 100.000 pessoas.

Na América Central, os PIBs mais altos de 2008 foram os do Panamá (US\$ 5.688 em dólares de 2000) e Costa Rica (US\$ 5.189), e o mais baixo o da Nicarágua (US\$ 897), que vem se debatendo para recuperar-se da aguda queda de produção dos anos 80. A média não ponderada da taxa de crescimento do PIB na região era positiva, mas não impressionante: 4,3% entre 1990 e 2000, e 4,5% entre 2000 e 2008. No Caribe, os números para o PIB per capita (a preços de 2000) variaram muito, de US\$ 11.601 em Antigua e Barbuda e apenas US\$ 391 no Haiti. Como indicam estes dados, a situação das pequenas economias na região varia de moderadamente boa, em países como o Panamá e Costa Rica, a má no Haiti.

Durante a conferência do Panamá, pequenos grupos de discussão do pessoal da Missão junto ao Caribe e à América Central confirmaram que as seguintes áreas-chaves para o crescimento futuro e melhoria do bem-estar nesses países seriam importantes para a atuação da USAID e, em muitos casos, basear-se-iam no trabalho atual.

- **Melhoria do sistema educacional.** O nível mais alto de realização educacional da região registra-se no Panamá, onde as crianças frequentavam a escola em média por 8,3 anos (em 2000). Até a Costa Rica está atrás, com uma média de 6,1 anos. O número mais baixo de anos de frequência à escola é registrado constantemente no Haiti, com apenas 2,7 de escolaridade em média. Na região em geral, a qualidade da educação permanece baixa. Aumentar o número de anos de escolaridade e melhorar a qualidade da educação ministrada são avanços críticos para elevar as qualificações da força

de trabalho da região e suas perspectivas de integrar-se à economia mundial de formas novas e inovadoras. Embora os programas de crescimento econômico e ambiente da USAID não se concentrem necessariamente na educação, este projeto tem posto em evidência a necessidade de colaboração intercultural com esta última para alcançar as metas de desenvolvimento dos primeiros.

- **Redução no ônus da dívida nacional.** Muitos países da ALC, particularmente no Caribe, continuam a sofrer relações dívida-PIB superiores a 100%. O ônus da dívida inibe a capacidade do governo para investir em melhorias sociais e econômicas, como a infraestrutura. Seria vital alguma forma de alívio da dívida — e também, certamente, alguma forma de assegurar que a dívida não continue a crescer — a fim de permitir que esses países progridam. Em particular, a reestruturação da relação entre as grandes empresas estatais e o governo poderia ser um fator-chave nessa questão. Em vários casos, por toda a região, grandes empresas estatais assumiram dívidas que depois passaram ao governo quando se viram sem condições de pagá-las. Por intermédio de seu Escritório de Crescimento Econômico, a USAID poderia considerar um reforço do trabalho em nível nacional em países-chaves, com que se analisam as políticas de tributação e se tenta racionalizá-las. Poder-se-ia partir do trabalho em andamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e complementá-lo.
- **Luta contra o crime.** O crime organizado, ligado muitas vezes ao comércio ilegal de drogas, atinge hoje numerosas partes da economia e muitas vezes altos escalões do governo em muitos países da região. Isto levou, em alguns países, à “captura” do governo por organizações criminosas, com graves consequências para a transparência e

a segurança civil. Em vários países, desestimula o turismo e até o investimento. Com respeito a esta questão, a melhor forma de definir o papel da USAID poderia ser os programas de Governança e Democracia, em colaboração com o Departamento de Estado e outras agências governamentais americanas empenhadas em combater a corrupção na região.

- **Fortalecimento da capacidade nacional de mitigar os impactos da mudança climática e adaptar-se a eles.** Como se disse acima resumidamente, as ilhas do Caribe já enfrentam impactos bem sérios da mudança climática, devido sobretudo à elevação do nível do mar e a eventos meteorológicos extremos. A fim de contribuir para lidar com eles, a USAID já está explorando formas de montar ou reforçar sistemas de alerta precoce no Caribe oriental. Seria igualmente vital um trabalho para reforçar o planejamento do uso da terra, aperfeiçoar ou impor códigos de construção, e estreitar coordenação entre agências do governo para lidar com os desastres.
- **Maximização dos benefícios do comércio.** Ao contrário do que pensam muitos analistas, a falta de acesso ao mercado, em termos gerais, não pode constituir problema chave para os países da América Central e Caribe. Seu verdadeiro desafio é organizar os sistemas de produção e exportação para poder tirar todo o partido dos benefícios comerciais que já têm. As taxas de uso de vários acordos comerciais são surpreendentemente baixas, apenas 12% para a Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI), 5% para a CARICOM e zero para o Acordo de Parceria Econômica (APE) com a União Europeia. A facilitação do comércio, integração do transporte marítimo e baixos custos de transporte são elementos decisivos para despachar mais produtos atuais para fora da região.

A América Central e Caribe exportam hoje sobretudo produtos agrícolas alternativos, como café, serviços turísticos e valor agregado em operações de indústrias maquiladoras (embora estas estejam se mudando cada vez mais para o Sudeste da Ásia). A diversificação e o desenvolvimento de produtos de valor mais alto são críticos para o progresso. Serviços médicos para aposentados, medicina esportiva e rum “de baixo carbono” (produzido de forma sustentável) são exemplos dos novos produtos e serviços cujo desenvolvimento se pode considerar. Tanto esta questão quanto a da exportação limitada ainda não foram bastante analisadas e abrem oportunidades para que a USAID explore o apoio a sistemas agilizados de exportação e produtos alternativos de alto valor.

- **Busca de alternativas para altos custos da energia.** No Caribe e na América Central, um dos custos mais altos da produção, e com certeza também da exportação, é a energia. Grande parte da indústria e do processamento, e quase todo o transporte, depende de petróleo importado. Mesmo com uma organização melhor do comércio e produtos novos este fator manteria a região em desvantagem em matéria de comércio e desenvolvimento. E com a demanda de energia ultrapassando a oferta na região desde 2006, os preços tendem a subir ainda mais no futuro previsível.

Por outro lado, a América Central, e mesmo o Caribe, têm um enorme potencial para gerar energia renovável. A Guiana, por exemplo, conta com dois grandes rios cuja força, aproveitada e transmitida, poderia abastecer grande parte do Caribe oriental. Na Jamaica, as cachoeiras também poderiam fornecer grande parte da eletricidade de que a ilha necessita. É igualmente alto o potencial da energia solar, mesmo com os preços atuais das células fotovoltaicas e dos painéis solares. O financiamento da USAID para a energia limpa na região deveria ser liberado

para o desenvolvimento de fontes renováveis e apoiar o seu acesso para as grades elétricas da região a preços competitivos

- **Apoio à coordenação regional para o desenvolvimento haitiano.** A recuperação e desenvolvimento do Haiti são vistos muitas vezes apenas como uma questão haitiana e que só dependeria dos recursos e capacidades do próprio Haiti. De fato, talvez seja mais adequado e benéfico, tanto para o Haiti quanto para todo o Caribe, pensar no desenvolvimento haitiano como uma tarefa coordenada da região em seu conjunto. Esta perspectiva permite planejar os fluxos de energia e mão--de--obra de modo mais flexível nos países, em vez de colocar toda a carga da recuperação e desenvolvimento do Haiti em sua própria capacidade. Dado o decisivo papel coordenador da USAID nos planos de recuperação e reconstrução, seria importante adotar esta abordagem regional mais ampla para o planejamento e a orientação nesse país.

4.4 INTEGRAÇÃO DE GRUPOS INDÍGENAS E MINORITÁRIOS EM SISTEMAS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

Entre as áreas-chaves do engajamento da USAID em questões de indígenas e minorias figuram as que se seguem, identificadas nas consultas com os peritos.

- **Desenvolvimento de dados mais básicos sobre o número e a situação tanto dos indígenas quanto dos grupos minoritários afrodescendentes.** Os dados sobre o número de indígenas e, principalmente, sobre suas taxas de fertilidade e situação sanitária, são de modo geral irregulares em toda a América Latina e Caribe. Esta circunstância é complicada pela questão da autoidentificação. Os dados sobre as minorias são ainda mais esparsos, exceto no Brasil.
- **Prestação de treinamento e desenvolvimento de capacidade para organizações indígenas,** em especial para reforçar sua capacidade de defender novos direitos e garantias, e exercer os já instituídos. Essa abordagem pode partir dos êxitos já alcançados, como as reivindicações de terras na Amazônia e nos Andes. É necessário montar sistemas e organizações que possam ajudar as populações indígenas a exercer efetivamente seus direitos legais instituídos. Por exemplo, embora as leis, inclusive a própria Constituição, na Colômbia e outros países, instituem uma igualdade maior para os indígenas e grupos minoritários, o exercício desses direitos nos tribunais, em litígios em torno da terra, e também sobre recursos minerais e outros, requer um segundo nível de desenvolvimento institucional.
- **Ajuda a grupos indígenas e minoritários para que se incorporem efetivamente ao processo de planejamento em torno de grandes projetos de infraestrutura.** Potencialmente, todos os empreendimentos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) exercerão fortes impactos sobre suas terras, e sua capacidade de exprimir e promover os próprios interesses nos estágios iniciais do planejamento será crítica para o manejo desses impactos em suas terras, modo de subsistência e cultura.
- **Promoção de acesso efetivo à terra e a recursos naturais correlatos em países da América Central e a sua gestão,** que persiste como questão crítica.
- **Apoio constante à educação culturalmente adaptada dos jovens indígenas,** para respaldar uma autoidentificação positiva. Isto pode ser importante em áreas urbanas, onde jovens de grupos indígenas e minoritários a quem faltam sistemas de

apoio adequado tendem a marginalizar-se e a se incorporar a bandos de rua.

- **Incorporação da inclusão social e econômica a todos os projetos da USAID.** A Agência deveria também considerar o recrutamento de pessoal regional dentro das populações indígenas e minoritárias.

4.5 QUESTÕES URBANAS — ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Mais de 78% da população da ALC vivia em áreas urbanas em 2007,²² quando a região já estava mais urbanizada que a Europa, África ou Ásia. A região é formada principalmente por países de renda média e mais urbanizados que a média dos países de alta renda, segundo o Banco Mundial.²³

Contudo, ainda existem muitas variações na região, entre suas sub-regiões e de um país para outro. Por exemplo, a América do Sul é a sub-região mais urbanizada (81,8% da população em 2005), e o Caribe a menos urbanizada (64,3%). A Argentina, Uruguai e Venezuela eram os países mais urbanizados em 2005, com mais de 90% da população em áreas urbanas. Também em 2005 era a Guiana o menos urbanizado (27%), seguido pelo Haiti (42,7%), Honduras (46,5%) e Guatemala (47,2%).

As tendências mais recentes indicam que os padrões de urbanização da ALC talvez estejam se diversificando. Como atingiram um estágio mais avançado da transição demográfica, muitas das grandes cidades da região já têm taxas inferiores de crescimento populacional. As taxas de fertilidade estão baixando e a taxa de imigração que ocorre em algumas dessas cidades maiores está baixa ou até negativa. Também declina a tendência para a concentração de populações

numa cidade polo, que prevaleceu na região até a década de 1970.

Enquanto isso as cidades de porte médio (definidas como aquelas com população entre 50 mil e um milhão de habitantes) cresciam rapidamente, em especial na década de 1980, quando sua taxa de crescimento foi mais alta que a das cidades maiores e também do que a do conjunto da população urbana. Na década de 1990, várias dessas cidades médias começaram a deparar-se com os mesmos tipos de problema que as cidades maiores da região sofriam há muito, como os relacionados com o desenvolvimento da infraestrutura e a prestação de serviços municipais. Há também indícios de que a pobreza está mais generalizada nas cidades médias que nas metropolitanas.²⁴

De modo geral, embora esteja decrescendo gradualmente a migração principal das zonas rurais para as urbanas, estas continuam a representar para a região sérias questões de governança, condições de vida e sustentabilidade. Entre os desafios fundamentais que agora a América Latina enfrenta nas cidades, e com que a USAID poderia tentar lidar, figuram os que se seguem.

- **Governança.** As cidades da região da América Latina e Caribe são em muitos casos concentrações de tráfico de drogas e violência. O Rio de Janeiro, Kingston e Medellín ganharam reputação como cidades intensamente tumultuadas e com níveis alarmantes de homicídios. Pelo menos duas vezes o Rio de Janeiro foi virtualmente bloqueado por invasões de traficantes no centro da cidade. As questões da segurança civil e do tráfico de drogas constituem na região graves desafios para a autoridade municipal, e até para a autoridade nacional. Exigem novos modelos de governança local e o compartilhamento de soluções entre as agências locais, regionais e

²² Chemonics International, “Urbanization in Latin America and the Caribbean: Trends and Challenges,” Contract No. AFP-I-00-04-00002-00, Task Order No. 9. Abril de 2010.

²³ Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

²⁴ CEPAL, “From Rapid Urbanization,” 2000, p. 11 e p. 21.

nacionais. É também essencial um alto nível de participação significativa dos cidadãos. A programação da USAID na região para questões urbanas poderia contribuir muito, respaldando a adaptação e a divulgação de modelos comprovados de participação em questões da governança urbana, como os oferecidos pela ONG Viva Rio.

- **Condições de Vida.** As questões da segurança pessoal afetam fundamentalmente o senso das condições adequadas de vida em qualquer zona urbana. Mas o problema não se limita nem de longe à segurança civil. As questões do alívio da pobreza, prestação de serviços municipais, infraestrutura e organização, bem como do desenho do espaço (inclusive o espaço público), tudo isso afeta as condições de vida.

Em grande parte da ALC os maiores agrupamentos de pobres estão em áreas periurbanas, e não no campo. Suas condições socioeconômicas, embora presumivelmente algo melhores que as imperantes no campo, continuam muito ruins. As políticas, programas e oportunidades para atingi-los são de modo geral totalmente distintos dos programas necessários para elevar o status dos pobres rurais, e envolvem diferentes agências do Estado e compartilhamento de responsabilidades. Em conjunto com outras autoridades, os governos municipais devem buscar formas efetivas de atingir esses grupos com um nível ainda mais alto de apoio à educação, saúde e nutrição do que o alcançado nos bairros das cidades, que são mais prósperos.

- **Sustentabilidade.** Como formam as grandes concentrações populacionais da região, as cidades absorvem uma enorme quantidade de recursos naturais básicos, como água e energia. Seus sistemas de indústria, transporte e moradia são grandes

usuários da energia necessária para alimentar o desenvolvimento de um país. Assim, é da indústria e do transporte de muitas cidades que parte uma grande proporção das emissões de gases de estufa. Respaldo o desenho, desenvolvimento e divulgação de meios para fornecer a água e o combustível necessários com métodos de baixo carbono, mais limpos, constitui uma nova e importante área de trabalho, para a qual a USAID também pode contribuir muito.

4.6 ALCANÇAR UM CRESCIMENTO MAIS EQUITATIVO E SUSTENTÁVEL

Por razões documentadas fartamente na literatura especializada sobre o desenvolvimento, concretizar o potencial econômico e social dos países da região depende muito da qualidade de suas políticas e dos quadros institucionais montados para implementá-las. Embora haja muitas variações entre os países da ALC, de um modo geral eles ainda padecem de grandes deficiências neste particular. São necessárias importantes reformas nas áreas social, fiscal e financeira. Consultas com peritos indicaram diversas áreas fundamentais de trabalho.

- **Fortalecimento do Mercado Interno.** Embora o mercado externo proporcione oportunidades substanciais à região, os países da ALC também precisam instituir ambientes favoráveis aos negócios e estimular o investimento e a demanda interna. Devem trabalhar para diversificar a composição da pauta e dos mercados de exportação, incentivando ao mesmo tempo o crescimento de setores internos promissores, entre os quais podem figurar o turismo, o varejo, a construção, agronegócios de maior valor agregado, produtos certificados e serviços como apoio administrativo. Os países da região precisam encontrar formas de estimular mais crescimento neste e em outros setores.

- **Aumento da Flexibilidade e Inovação Financeira.** É preciso igualmente um acesso mais amplo ao crédito e uma relação empréstimo-PIB mais elevada. Para alcançar essa meta, os países da ALC necessitam ampliar o acesso a serviços financeiros, especialmente para pequenas empresas de zonas rurais. Os avanços da conectividade, a tecnologia sem fio e as comunicações por satélite podem aproximar os serviços financeiros de mercados rurais desesperadamente necessitados de crédito e de outras oportunidades bancárias. De forma semelhante, um acesso melhor a informações de mercado para pequenos produtores e produtores rurais pode elevar espetacularmente sua competitividade, que, por sua vez, torna mais interessante para as instituições financeiras fornecê-lhes crédito e outros serviços. Além disso, um acesso mais amplo a serviços de planejamento financeiro e de negóciosnegocial é crítico para elevar a competitividade dos empreendimentos pequenos ou rurais.
- **Impostos e Reforma Tributária.** A reforma tributária é uma questão ainda muito pouco estudada na ALC. A deficiência da arrecadação e a consequente falta de receita constituem sem dúvida uma grande limitação à capacidade dos governos para levar a cabo seus programas. Os impostos que atualmente contam com taxas de arrecadação elevadas são os impostos sobre o valor agregado, que são regressivos. É necessária uma atenção muito maior à estrutura e viabilidade da arrecadação do imposto de renda, tanto da pessoa jurídica quanto da física. Uma administração tributária mais eficiente proporcionaria aos governos recursos suplementares para executar programas contra a pobreza, entre outras prioridades.

Os subsídios às empresas privadas são outro tema correlato que pede uma avaliação melhor. Os governos podem estar concedendo subsídios e isenções fiscais com demasiada facilidade, a fim de incentivar as empresas a investirem em seus países. Porto Rico seguiu esse “modelo insular.” As benesses tributárias privam os países anfitriões de recursos necessários, porém. Para muitos países da região, seria importante uma avaliação mais rigorosa dos benefícios de longo prazo desses subsídios ao desenvolvimento promovido pelo setor privado. Além disso, na medida em que há necessidade de programas de subsídios contra a pobreza em áreas como alimentação, combustível e educação, os governos da região precisam refinar o direcionamento desses programas a fim de assegurar que eles atinjam os beneficiários visados.

- **O Quadro da Inovação.** Ainda uma outra área que será crítica para a situação das economias da região a longo prazo é a capacidade de apoiar a inovação de negóciosnegocial e tecnológica. A necessidade de inovação decorre de causas múltiplas. De modo geral, como disse um especialista, “O desafio de nossa geração é forjar uma economia que não seja baseada em mão-de-obra barata e recursos naturais primários.”²⁵ E, numa visão de mais curto prazo, outro analista observou o que se segue.

“Os países latino-americanos de sucesso terão de aprender a viver com moedas valorizadas. Com taxas de juros tendendo a rastejar no mundo desenvolvido durante algum tempo, o dinheiro vai continuar fluindo para as economias mais promissoras da região. Isso as tornará menos competitivas. Não podem fazer grande

²⁵ George Gray Molina, “Human Development Report: The other frontier: Alternative uses of natural resources in Bolivia.” Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2009.

TENDÊNCIA FUNDAMENTAL Nº 5

A inovação tecnológica e gerencial sustentável e adequada é básica para recuperar a defasada competitividade regional. Não se trata necessariamente de inovações de ponta, ou que façam uso intensivo de capital, mas é preciso promover o investimento e outras inovações que não só contribuam para o crescimento econômico sustentável, sobretudo nas comunidades rurais, mas também as ajudem a participar do mercado global de modo que não fiquem totalmente à mercê das atividades extrativas. Diversificar a produção além dos produtos primários continua a ser uma forma prioritária de diversificação.

coisa — podem acumular reservas, impor controles e tributos ao capital, evitar que os bancos entrem numa farrá de empréstimos, aumentar a eficiência produtiva. Mas essas medidas não são sustentáveis nem constituem reformas de longo prazo. A realidade é que viver em Bogotá, Lima, São Paulo ou Santiago, ou exportar a partir daí, ficará mais caro em dólares dos Estados Unidos. Será mais difícil vender nossos produtos nos Estados Unidos, ou em qualquer outro país que mantenha sua moeda vinculada ao dólar americano, sobretudo a China. É por isso que o sucesso comercial vai depender mais de produtos novos. Embora ainda seja bom firmar novos acordos de livre comércio, criar marcas novas será ainda melhor.”²⁶

A progressiva adoção da política “verde” pela economia global abre para os países da ALC uma porta para alcançar a meta de um novo tipo de inserção, com maior valor agregado, na economia global. Enquanto os países lutam com a necessidade de atacar e amenizar a mudança climática, novos produtos e tecnologias de baixo teor de carbono se tornam urgentemente necessários e procurados. Para escapar

a seu papel histórico principal como fonte de matéria-prima, a região precisa encontrar uma forma de inserir a sua criatividade nesses novos mercados. O grande potencial da Bolívia para exportar lítio, essencial a baterias de longa duração, é apontado muitas vezes como uma dessas formas novas de inserção na emergente economia global “verde.” Mesmo neste caso, contudo, a Bolívia continuaria a servir como fornecedora de matéria-prima.

Um recente estudo sobre as perspectivas da Bolívia para a participação na nova economia global, além das vendas de lítio, indica algumas ideias novas.²⁷ A recente avaliação de George Gray Molina sobre produtos bolivianos novos e de alto valor registra várias sementes potenciais dessa “nova economia” para a Bolívia.

“Além do território dos recursos naturais primários existe uma economia alternativa, *o novo território*, baseado em serviços ambientais, ecoturismo, desenvolvimento florestal, comércio de produtos naturais (biocomércio) e agricultura orgânica, que gera emprego preservando o ambiente e melhorando as condições de trabalho. Milhares de produtores, comunidades e associações já organizaram este novo território agrícola nos lugares mais diversos: café, castanha do

²⁶ Marcelo M. Guigale, “A Brave New World for Latin America.” Banco Mundial, *Economic Premise*, abril de 2010, nº 10.

²⁷ George Gray Molina, *op cit.*

Brasil e cacau orgânico no norte de La Paz e Pando; associações de produtores de quinoa e lã de vicunha no altiplano; produtores de couro de lagarto no departamento de Beni; comunidades indígenas que impedem o desmatamento do Parque Nacional Noel Kempff Mercado, promovem o ecoturismo no Parque Nacional Madidi e praticam gestão sustentável nas florestas do norte da Amazônia e do sudeste do país.”²⁸

Embora só alguns desses produtos e serviços — produtos de madeira sustentável e quinoa, por exemplo — tenham conseguido altos níveis de inserção no mercado, todos se lançam para tirar partido de novos mercados em países abastados de uma forma que proporcionam empregos de melhor qualidade e maior sustentabilidade ambiental que os empregos tradicionais nos setores bolivianos da mineração e agricultura. Pode ser proveitoso efetuar um tipo semelhante de avaliação em outros países

da ALC, como pequeno passo à frente em apoio da inovação nas economias regionais.

De modo geral, a USAID deveria considerar um apoio às capacidades, programas e políticas que respaldam a inovação de negóciosnegocial e tecnológica. Esse apoio não exigiria conhecimento altamente especializado de tecnologias promissoras específicas. Impulsionaria, vigorosamente, novo foco em quadros de política econômica. As estratégias de inovação que têm êxito guardam traços comuns: são prioridades do Estado (não mudam de governo para governo); não se baseiam apenas em mercados; todos os interessados relevantes são engajados (grandes e pequenos, públicos e privados); alguém é responsável pelos resultados; são parte de um esforço de integração mais amplo; são bem financiadas; são constantemente avaliadas e ajustadas; começam com ganhos rápidos (geralmente na área de padrões de qualidade); incluem reformas na educação superior; e operam dentro de um quadro jurídico fidedigno.²⁹

²⁸ Ibid.

²⁹ Marcelo Giugale, *op cit.*



Seção Cinco

Caráter Crítico Geral das Questões da Governança

Os países da América Latina têm grandes talentos, bons recursos naturais e fluxos adequados de capital. Falta à região principalmente boa governança, inclusive judiciários que funcionem e instituições livres de corrupção e manipulação política, como se observou em seções anteriores. Sem reformas que aumentem a capacidade das instituições para funcionar de forma efetiva, a competitividade será débil e a capacidade de negócios negocial sofrerá. Por exemplo, abrir uma empresa nos EUA leva cerca de quinze minutos. No Brasil, o mesmo trabalho pode custar frequentemente mais de 200 dias — e na Argentina é praticamente impossível concluí-lo de forma rigorosamente legal. A falta de transparência e responsabilização, juntamente com a falta de uma orientação para apoiar as empresas, estorva o crescimento econômico na região. De forma semelhante, os enfraquecidos sistemas judiciários e os altos níveis de corrupção e crime lançam uma sombra sobre a legitimidade de instituições governamentais, o que solapa ainda mais a competitividade e a confiança do investidor em relação ao respeito por seus investimentos.

De modo geral, existe na região uma crítica necessidade de elevar a qualidade do desenvolvimento e a eficácia (qualidade) das despesas do governo. A qualidade geral dos sistemas econômicos na região — ou seja, a forma como são geridos — é uma chave do desenvolvimento que não depende tanto de fatores externos. Embora a recente gestão da política macroeconômica e monetária na região dê alguma razão para acreditar que as coisas estão melhorando, ainda resta muito a fazer.

CONCLUSÕES

No alvorecer do século XXI, a América Latina encontra-se diante de uma paisagem de desafios históricos mesclados com grandes oportunidades. As questões da mudança climática, da corrupção

e da governança — tantas vezes concentradas em fervilhantes áreas urbanas — criam sérios desafios, que vão imprimir um rumo ao desenvolvimento da região na década vindoura. A persistência entre os indígenas e grupos minoritários de um baixo status em matéria de bem-estar inibe o desempenho potencial de todos os países onde esses grupos estão presentes em grande número. Ao mesmo tempo, o PIB geral tenderá a melhorar acentuadamente uma vez que esses grupos forem mais integrados à economia e à sociedade de seus países. A necessidade de recuperar a defasada competitividade na economia mundial requer inédita inovação em todas as economias da região, e a emergência de uma nova economia “verde” de baixo carbono abre uma larga oportunidade para inovar e ter sucesso. E muitos países da ALC, à medida que avançam para uma maturação populacional histórica, enfrentam uma chance única de aumentar os investimentos na saúde, educação e produtividade individual, elevando o padrão de vida e as perspectivas de desenvolvimento de todo o país.

Graças a sua longa presença e sólida reputação na região, a USAID pode partir de seus programas atuais para ajudar a dirigir recursos estrategicamente para áreas onde estão os grandes desafios regionais, tirando partido das oportunidades que tem diante de si. Este relatório indica linhas de atividades programáticas que, na opinião dos peritos, fariam uma real diferença para a região no contexto que enfrenta. A USAID deveria levar a análise e as ideias expostas neste relatório ao nível seguinte, identificando exatamente para onde se dirigirá seu foco na região durante a próxima década. Definindo cinco a sete ambiciosas e estratégicas metas para a região e alinhando todos os recursos para alcançá-las, a USAID pode fazer, e fará, uma sensível diferença para o desenvolvimento da região nos anos vindouros.

Apêndice:
Relação dos Peritos Consultados

EQUIPE DO WILSON CENTER

CYNTHIA ARNSON

Programa Latino-Americano

GEOFF DABELKO

International Program

KENT HUGHES

Program on American
and the Global Economy

JOSÉ RAÚL PERALES

Programa Latino-Americano

BLAIR RUBLE

Comparative Urban Studies Program

PAULO SOTERO

Instituto do Brasil

EQUIPE DA USAID

KERRY BYRNES

Broad-Based Economic Growth Team

CONNIE CAMPBELL

LAC/RSD Environment Team

HEATHER D'AGNES

Population, Health and Environment Office

ANNE DIX

Regional Environment Office for
Latin America

ILYA FISCHER

EGAT Climate Change Team

COLLIN GREEN

EGAT Climate Change Team

CHRISTY JOHNSON

LAC Environment Team

PETER KELLER

LAC/RSD Environment Team

RYAN KNIGHT

Development Leadership Initiative

SCOTT LAMPMAN

TFCA secretariat

DUANE MUELLER

EGAT Climate Change Team

JOHN PIELEMEIER

LAC/RSD consultant

DOUGLAS PULSE

LAC Regional Economic Office

TRACY QUILTER

Broad-Based Economic Growth Team

JULIA RICHARDS

USAID

ERIK STREED

EGAT Forestry Team

BEN SWARTLEY

LAC Regional Economic Office

ANDY TOBIASON

EGAT Biodiversity Team

LUIS VELASQUEZ

Development Leadership Initiative

CLARENCE ZUVEKAS

Bureau for Latin America
and the Caribbean

DESIGUALDADE E ACESSO A RECURSOS — 15 DE JANEIRO DE 2010

SALO COSLOVSKY

New York University

RALPH HAKKERT

United Nations Fund for Population

ANDREW MORRISON

Social Issues Division, IDB

ANTONIA STOLPER

Shearman and Sterling, LLP

JUDITH TENDLER

Massachusetts Institute of Technology

MUDANÇA CLIMÁTICA E ADAPTAÇÃO — 2 DE FEVEREIRO DE 2010

FOSTER BROWN

Woods Hole Research Center, Bolivia

MAXIMILIANO CAMPOS

Water Resources Management
Section, OAS

FRANCES COLON

Western Hemisphere Affairs
Department of State

MARCIA COTA

Conservation International

ALFRED GRÜN WALDT

Sustainable Energy and Climate
Change Unit, IDB

MARIA CARMEN LEMOS

School of Natural Resources and
the Environment, University of Michigan

STEPHAN SCHWARTZMAN

Tropical Forest Policy
Environmental Defense Fund

EMILIO SEMPRIS

Centro del Agua del Tropico Humedo
para America Latina y el Caribe, CATHALAC

LUIS GABRIEL TODT DE AZEVEDO

Odebrecht

WALTER VERGARA

World Bank

**ENERGIA LIMPA E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO —
24 DE FEVEREIRO DE 2010**

PEDRO BARA

Amazon Network Initiative
World Wildlife Fund

PAULO BARRETO

IMAZON

BARBARA BRAMBLE

National Wildlife Federation

OSCAR COTO

Consultor Independente de Energia
Costa Rica

ANDREW DOWDY

Western Hemisphere Affairs
Department of State

HEIDI SMITH

Western Hemisphere Affairs
Department of State

JOEL VELASCO

Brazilian Biofuels Federation

GRUPOS INDÍGENAS E MINORITÁRIOS — 23 DE MARÇO DE 2010

ANA PAULA CALDEIRA SOUTO MAIOR

Instituto Socioambiental (BRAZIL)

MANUEL DE JESÚS SALAZAR TETZAGÜIC

ASIES (GUATEMALA)

BRETT HANSIK

Guatemala Desk, Department of State

BOB LANDMANN

Chemonics, USAID consultant

JUDITH MORRISON

Inter-American Development Bank

STEVE SCHWARTZMAN

EDF (DC)

ARMSTRONG A. WIGGINS

Indian Law Resource Center (DC)

MARTÍN VON HILDEBRAND

GAIA Foundation (COLOMBIA)

DESAFIOS PARA AS PEQUENAS ECONOMIAS — 9 DE ABRIL DE 2010

PAMELA COKE-HAMILTON

Integration and Trade Department
IDB, Barbados

ANABEL GONZALEZ

Foreign Trade of Costa Rica and
former chief of Agriculture, WTO

DAVID GOULD

Economic Policy, Banco Mundial

ENRIQUE LACS

Ex-Vice-Ministro de Comércio Exterior
e Conselheiro sobre Negociações com a
Europa, Guatemala

JULIE LENNOX

ECLAC Regional Office for
Mexico and Central America

JOHN RAPLEY

Caribbean Policy Research Institute

QUESTÕES URBANAS — 19 DE ABRIL DE 2010

VICENTE DEL RIO

City and Regional Planning Department,
California Polytechnic State University
San Luis Obispo

DORA GUILLÉN

Foro Ciudades para la Vida
Arequipa, Peru

EDUARDA HAMANN

Peace Operations, Viva Rio

RICARDO JORDÁN

ECLAC, Mexico

ROBERT MUGGAH

Small Arms Survey, Graduate Institute of
International and Development Studies

EDUARDO ROJAS

IDB

ROBERTA VAN HAEFTEN

Chemonics International

WORKSHOP DO PANAMÁ — 3 A 5 DE MAIO DE 2010

CLAUDIA DE WINDT

OAS

JUAN DUMAS

Fundacion Futuro Latinoamericano

KEVIN HEALY

George Washington University

TIMOTHY KILLEEN

Conservation International

DAVID LOPEZ-CARR

University of California, Santa Barbara

SERGIO MARGULIS

Banco Mundial

LEONEL MIRANDA

Piloto University of Colombia

JUAN PABLO PIRA

ASIES

BIBLIOGRAFIA

- Bremner, Jason; Billsborrow, Richard; Feldacker, Caryl; and Lu Holt, Flora. “Fertility beyond the frontier: indigenous women, fertility and reproductive practices in the Ecuadorian Amazon.” Published online, 29 April 2009.
- Chemonics International. “Urbanization in Latin America and the Caribbean: Trends and Challenges,” Contract No. AFP-I-00-04-00002-00, Task Order No. 9. April 2010.
- Chief Economist Office. “Update on the Global Crisis: The Worst is Over, LAC Poised to Recover.” Latin America and the Caribbean Region. De la Torre, Augusto, Chief Economist Office, Latin America and Caribbean Region. The World Bank. 28 September 2009.
- De la Torre, Augusto; Fajnzylber, Pablo and Nash, John. *Low Carbon, High Growth: Latin American Responses to Climate Change — An Overview*. The World Bank. 2009.
- DevTech. “An Analytical Overview of Selected Demographic Indicators in Latin America and the Caribbean.” Prepared by USAID Economic Analysis and Data Services. 13 January 2010.
- DevTech. “An Analytical Overview of Development Assistance in Latin America and the Caribbean.” Prepared by USAID Economic Analysis and Data Services. 13 January 2010.
- DevTech. “An Analytical Overview of Selected Environmental Indicators in Latin America and the Caribbean.” Prepared by USAID Economic Analysis and Data Services. 13 January 2010.
- DevTech. “An Overview of Social Development Indicators on Indigenous and Afro-Latino Populations in Latin America and the Caribbean.” Prepared by USAID Economic Analysis and Data Services. 13 January 2010.
- DevTech. “An Analytical Overview of Selected Social Indicators in Latin America and the Caribbean.” Prepared by USAID Economic Analysis and Data Services. 13 January 2010.
- Economic Commission on Latin America. *Economics of Climate Change in Latin America and the Caribbean — Summary*. 2009.
- Economic Commission on Latin America. “La República Popular de China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica.” April 2010.
- Franco-Vidal, C.L.; Muñoz, A. M.; Andrade, G.I. and Naranjo, L.G. (Compilers and editors). *Experiencias de adaptación al cambio climático en ecosistemas de montaña (páramos y bosques de niebla) en los Andes del Norte*. WWF, MAVDT, Ideam and Fundación Humedales. Regional Workshop Summary. Bogotá. 19–20 February 2009.
- Giugale, Marcelo. “A Brave New World for Latin America.” Economic Premise #10. World Bank, Poverty Reduction and Economic Management Network. April 2010.
- Gray Molina, George. *Human Development Report — La Otra Frontera: Alternative Uses of Natural Resources in Bolivia*. United Nations Development Program. 2009.
- Hakkert, Ralph. “The Demographic Bonus and Population in Active Ages.” IPEA/UNFPA Project RLA5P201: Regional Support to Population and Development in the Implementation of the MDG’s in the LAC Region. Research Paper 7. Brasilia. October 2007.
- Hornbeck, J.F. “U.S.-Latin America Trade: Recent Trends and Policy Issues.” Specialist in International Trade and Finance. Congressional Research Service. 3 September 2009.
- International Energy Agency. *World Energy Outlook 2009*, London. 10 November 2010.

- Landmann, Robert. "A Brief Review of Social Inclusion Concepts and Literature." Background paper prepared under contract with USAID.
- Leahy, Elizabeth with Robert Engelman, Carolyn Gibb Vogel, Sarah Haddock and Todd Preston. *The Shape of Things to Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World.* Population Action international.
- Morrison, Judith. Inter-American Development Bank. PowerPoint presentation: "Benefits of Diversity: Costs of Exclusion in Latin America." March 2010.
- Paixao, Marcelo and Carvano, Luis. "Relatorio Annual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007–2008." LAESER. Rio de Janeiro. 2008.
- United States Agency for International Development, "Economic Forecast and Trends within the LAC Region." 2010.
- Vergara, Walter, ed. *Assessing the Potential Consequences of Climate Destabilization in Latin America.* Latin America and Caribbean Region, Sustainable Development Working Paper 32. June 2009.
- World Bank. "The Costs to Developing Countries of Adapting to Climate Change: New Methods and Estimates. The Global Report of the Economics of Adaptation to Climate Change." October, 2009.
- "World Economic Forum on Latin America: New Partnerships for a Sustainable Recovery." Cartagena, Colombia. April 6–8, April 2010.
- Zuvekas, Clarence, Jr. "Availability of Data and Approaches for Analyzing Issues of Social Inclusion/Exclusion in Latin America and the Caribbean (LAC). Under contract to Chemonics. 13 November 2009.
- Zuvekas, Clarence, Jr. "Recent Trends in External Trade Patterns in Latin America and the Caribbean" Briefing Paper prepared under contract to Chemonics. 22 March 2010.
- Zuvekas, Clarence, Jr. "Prospects for Economic Growth in the Central American and Caribbean Countries: A Brief Concept Paper." Chemonics. 6 April 2010.



**UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS:
Crescimento Econômico e Meio Ambiente
na América Latina e Caribe de 2010 a 2020**

Christine Pendzich

**Com uma contribuição de
Eric L. Olson, do Mexico Institute**

Financiada e elaborada para o Escritório da USAID para a América Latina e o Caribe, mediante acordo com o Escritório de Saúde Global da USAID, por:

The Woodrow Wilson International Center for Scholars
Programa Latino-Americano, Instituto do Brasil e Mexico Institute
The Environmental Change & Security Program

Projetado por Sarah Michal Coon
www.SarahMichal.com

Cortesia de imagem do álbum do "Stuck in Customs"
<http://www.flickr.com/photos/stuckincustoms/4088949046/>

